

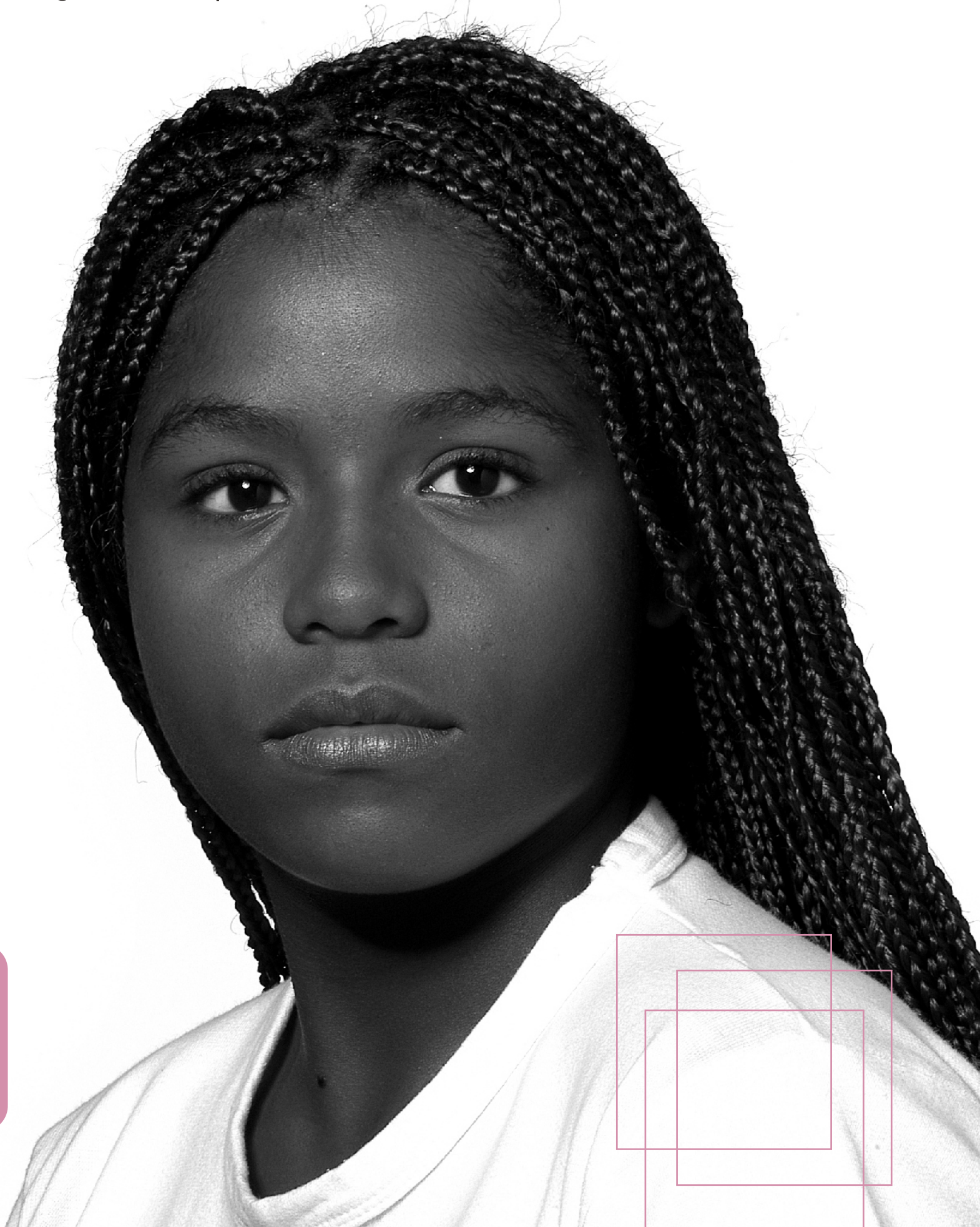
O Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa - PB



Secretaria
Internacional
do Trabalho

Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil

Legado em Transformação



Legado em Transformação

O Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa – PB

Um Diagnóstico Rápido* à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

* Diagnóstico Rápido é uma metodologia de pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida pela OIT e pelo UNICEF sobre uma realidade ou situação social específica em um contexto sócio-cultural-geográfico particular. A metodologia foi utilizada para o desenvolvimento dos diagnósticos constantes dessa publicação e faz parte do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC) da OIT.

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 *Genebra 22*, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

O trabalho infantil doméstico em João Pessoa-PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas de trabalho infantil / coordenação, Terçalia Suassuna Vaz. – João Pessoa : OIT, 2005.
84 p. : il.

ISBN 92-2-818686-0 & 978-92-2-818686-4 (obra impressa).

ISBN 92-2-818687-9 & 978-92-2-818687-1 (obra em meio eletrônico).

1. Trabalho infantil doméstico. 2. Paraíba. I. Vaz, Terçalia Suassuna. II. Alberto, Maria de Fátima Pereira. III. Nunes, Taiana da Silva. IV. Cavalcante, Carmem Plácida Sousa. V. Santos, Denise Pereira dos. VI. OIT. VII. UFPB. VIII. Grupo Pesquisa Subjetividade e Trabalho. IX. Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoces. X. Título: relatório de pesquisa sobre as piores formas de trabalho infantil na Paraíba.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Os recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL). Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do USDOL. De igual maneira a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma ou endosso do Governo dos Estados Unidos.

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa

Revisão de Texto: Francisco de Assis Dantas/Giselly Siqueira

Diagramação: Interagência Comunicação

Advertência: o uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Duração Determinada (PDD)

Diretora do Escritório da OIT no Brasil
Lais Abramo

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil
José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC
Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador de Projetos do IPEC
Renato J. Mendes

Equipe Técnica do IPEC no Brasil
Cynthia Ramos, Oficial de Projeto
Daniel Borges, Estagiário
Hugo Rosa Conceição, Assistente de Projeto
Maria Cláudia Mello Silva Falcão, Oficial de Projeto
Paula Fonseca, Assistente de Projeto
Rodrigo Peixoto Moreira Penna, Assistente de Projeto
Thaís Dumê Faria, Oficial de Projeto
Thaís Fortuna, Assistente de Projeto

Fotografias
Nicolau El-Moor
Agência Scout

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba - Coordenação Colegiada

Programa de Ação na Paraíba - Projeto Catavento/PDD
Casa Pequeno Davi

Diretora

Lívia Marques

Coordenação do Projeto Catavento

Terçalia Suassuna Vaz

Assistente do Projeto Catavento

Kátia Felix da Silva

Realização

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Grupo Pesquisa Subjetividade e Trabalho
Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoces

Reitor

Rômulo Soares Polari

Vice-Reitora

Maria Yara Campos Matos

Autores do Texto

Maria de Fátima Pereira Alberto
Taiana da Silva Nunes
Carmem Plácida Sousa Cavalcante
Denise Pereira dos Santos

Equipe de Pesquisa

Ádria Melo Soares, Pesquisadora
Carmem Plácida Sousa Cavalcante, Pesquisadora
Daniele Cristine da Silva Cirino, Pesquisadora
Denise Pereira dos Santos, Pesquisadora
Gabriel Pereira de Souza, Pesquisador
Hazel Berger Primitivo Neta, Pesquisadora
Izabel Morssolotto Yasbek Neta, Pesquisadora
José Carlos Vieira Wanderley, Consultoria Estatística
Juliane de Sousa Fernandes, Pesquisadora
Maria de Fátima Pereira Alberto, Coordenadora
Pollyane Kahelen da Costa Diniz, Pesquisadora
Roberta Valesca Mota Santana, Pesquisadora
Taiana da Silva Nunes, Pesquisadora
Thaís Teixeira de Vasconcelos Araújo, Pesquisadora
Vanessa Cavalcante Gomes, Pesquisadora

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-Membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-Membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 178 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituído por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho) e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros.

O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oitbrasil.org.br.



Apresentação

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A consolidação da justiça social passa, necessariamente, pela promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, e esta, pelos quatro objetivos estratégicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a geração de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e do diálogo social e o respeito aos direitos e princípios fundamentais do trabalho – liberdade sindical e de negociação coletiva; erradicação efetiva do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas; erradicação do trabalho escravo e eliminação da discriminação no emprego.

Na observação fiel ao seu mandato, conferido pelos seus constituintes tripartites: (governos, organizações de trabalhadores e de empregadores) desde o momento de seu nascimento na comunidade internacional em 1919, a OIT vem desenvolvendo estratégias de cooperação para que, por meio da implementação efetiva de suas convenções, o desenvolvimento humano e social seja proporcional ao desenvolvimento econômico, onde instituições fortes sejam sinônimos de cidadania.

Uma de suas estratégias de cooperação está em ampliar o conhecimento da realidade do mundo do trabalho por meio de estudos, pesquisas, diagnósticos e análises, gerando informação e conhecimentos para subsidiar as decisões públicas e privadas relativas ao trabalho.

Estes princípios norteadores são fundamentais para a realidade das trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras, e em especial se elas são crianças e integram a categorias historicamente discriminadas nas relações sociais.

O Diagnóstico Rápido sobre a situação de meninas, meninos e adolescentes explorados no trabalho doméstico no município de João Pessoa, que ora apresentamos conjuntamente com a Universidade Federal da Paraíba, o Forum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil do estado da Paraíba e a Casa Pequeno David, integra as ações do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC e pretende contribuir à prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico no estado da Paraíba.

Esperamos que o presente documento, fruto do Programa de Ação Catavento, qualifique ainda mais o debate empreendido sobre a forte relação existente entre os temas da dignidade humana, das relações raciais e de gênero e entre adultos e crianças, educação e desenvolvimento local sustentável e a sustentabilidade da retirada das crianças exploradas de forma oculta nos domicílios paraibanos.

Lais Abramo
Diretora do Escritório da OIT no Brasil
Brasília, abril de 2006

A publicação deste relatório de Diagnóstico Rápido – *Sobre as piores formas do trabalho infantil na Paraíba: o trabalho infantil doméstico em João Pessoa* – é oportuna como forma de registrar e divulgar o trabalho sério e comprometido que faz a UFPB: compromisso com a produção do conhecimento que visa – sem medo do jargão – a construção e manutenção de uma sociedade mais justa e solidária.

Ao se engajarem com o Projeto Catavento – desenvolvido com a OIT, o FEPETI, a Casa Pequeno Davi e a DRT em cinco municípios do estado da Paraíba que concentram o maior número de crianças e adolescentes trabalhadores, na faixa dos 7 aos 18 anos de idade – os nossos pesquisadores renovam esse compromisso. E o fazem quando se debruçam para analisar as causas/raízes da permanência desse tipo de trabalho – bastante utilizado no início da revolução industrial, entre os anos 1750/1850 e com resquícios comprovados nos EUA, ainda no início do século XX. E reafirmam esse compromisso quando seus estudos apontam alternativas que podem resolver esse problema com consequências tão danosas, não só para os jovens/sujeitos trabalhadores, mas para a sociedade como um todo.

O relatório apresenta desde a definição da metodologia utilizada, a preocupação com a definição conceitual do Trabalho Infantil Doméstico (TID), seus tipos e características; o perfil dos entrevistados – gênero (66,1% são meninas), idade (60,9% encontram-se na faixa etária dos 7 aos 14 anos), cor (66,1% são negros e pardos); faixas etárias em que começaram a trabalhar e tempo de trabalho; a caracterização dos motivos da inserção no mercado de trabalho; o perfil dos pais e das famílias dos trabalhadores; a descrição das atividades realizadas caracterizando-as por gênero e faixa etária; a relação entre o trabalho, a escolarização e o desempenho escolar; os riscos do trabalho desenvolvido – riscos físicos, psicológicos e sociais; até as perspectivas de futuro apresentadas pelos trabalhadores infantis entrevistados em João Pessoa – 62% desejam realizar uma ocupação com formação de nível superior (19,4% almejam ser médicos e 11,1%, professores); 22,2% revelam uma tendência para as ocupações representativas de uma cultura trabalhadora – operária ou camponesa; 8,3% almejam atividades profissionais que promovam celebridade – artistas, jogadores. O tratamento dos dados obtidos obedece aos mais modernos padrões estatísticos e de análise qualitativa, garantindo uma excelente confiabilidade nos resultados obtidos.

Gostaríamos de estar apresentando bons resultados e bons números que demonstrassem o quanto na Paraíba estamos avançando na meta de erradicação do trabalho infantil. Entretanto, os nossos pesquisadores constataram que ainda, no século XXI, *“o trabalho infantil em João Pessoa ocupa o primeiro lugar no ranking do estado da Paraíba e também o primeiro lugar em atividades perigosas desempenhadas por crianças e adolescentes. A partir da metodologia utilizada, encontrou-se que 70% dos 246 inicialmente contatados responderam que trabalhavam no trabalho doméstico, o que revela quão significativo pode ser essa atividade nesse município”*.

Entre tantas outras constatações chocantes, ressaltaríamos uma bastante grave, constatada em cada passo do Diagnóstico Rápido: a **naturalização do trabalho infantil doméstico**, inclusive com a justificativa de que “é melhor trabalhar do que se marginalizar”. Diríamos que no geral a afirmativa não deixa de ser verdadeira, porém a premissa que a sustenta é falsa, pois a exigência do trabalho infantil impede a criança e o adolescente de famílias pobres a desenvolverem com dignidade as fases de sua vida física e psicológica, o que pode, inclusive, levá-los à tão malfadada marginalidade. O trabalho para a criança e o adolescente, em uma sociedade que se propõe justa e saudável, é apenas estudar e brincar como demonstram os pesquisadores.

O relatório finaliza com algumas recomendações como a proposta de políticas públicas mais eficazes por parte dos governos federal, estaduais e municipais, especialmente para inserção escolar e social; a necessidade de desenvolver nas famílias um processo de desnaturalização do TID e incentivar a escolarização, o brincar, a formação profissional; garantir o efetivo controle na execução do PETI pela Comissão Estadual e pelas Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil e, por último, referenda o ponto de partida dessa apresentação: a necessidade de manter a parceria com as universidades para garantir a melhoria do nível educacional das escolas e, diríamos, manter o estado de alerta de nossos pesquisadores para o estudo dos mecanismos que detectam os problemas apontados pelo relatório e para apontar os encaminhamentos possíveis para solucioná-los.

Maria Yara Campos Matos
Vice-reitora da UFPB
João Pessoa, abril de 2006



Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba

Não obstante a legislação brasileira proíba o trabalho de crianças e estabeleça uma série de restrições ao trabalho do adolescente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que representa a principal pesquisa socioeconômica do País, revelou que em 2001 existiam 5.482.515 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. Destas, 296.705 tinham de 5 a 9 anos, 1.935.269, de 10 a 14 anos, 2.388.266 de 15 a 17 anos, num total de 2.231.974 crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando. O diagnóstico revelou, ainda, que 3.094.249 crianças e adolescentes estavam entre 5 e 15 anos, ou seja, abaixo da idade mínima permitida para a admissão no trabalho ou emprego.

Do total de crianças e adolescentes trabalhadores brasileiros, 494.002 estão no serviço doméstico. Destes, 222.865 situam-se na faixa etária de 5 a 15 anos e 271.137 entre 16 e 17 anos. Ou seja, 45% destas crianças e adolescentes encontram-se em situação proibida pela legislação brasileira.

O trabalho infantil doméstico, diferentemente do que se dá com as demais formas de trabalho infantil, é particularmente difícil de ser enfrentado. Primeiro, porque chega a ser aceito com naturalidade pela sociedade. Segundo, porque traduz uma realidade oculta, protegida pela inviolabilidade do lar.

A exploração do trabalho infantil em geral, e, do trabalho infantil doméstico, em particular, é um fenômeno remoto, arraigado de valores culturais rígidos, ainda não superados pela humanidade. Reflete, ainda, a situação de extrema penúria em que vivem inúmeras famílias brasileiras, alijadas do mercado de trabalho, vítimas de um fenômeno cíclico de reprodução da pobreza e exclusão social.

O Estado brasileiro é cediço, possui um dos ordenamentos jurídicos mais completos e avançados do mundo no que diz com a proteção da criança e do adolescente, entretanto, faz-se mister a compreensão pela sociedade e pelo Estado que o aparato normativo existente, proclamador de direitos sociais, não garante por si só a efetivação desses direitos, antes há que se conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato concretize os direitos já positivados.

Dessarte, somente um contínuo movimento de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de uma ação nacional integrada, capaz de envolver toda a sociedade no combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, será capaz de expurgar a barbárie e catalisar esforços para colocar nossas crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É com esse mister que o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba vem apoiando trabalhos de pesquisa cuja análise possibilite um conhecimento mais aprofundado não só da quantidade, mas das características e práticas do trabalho infantil doméstico em nossa capital.

Esta publicação insere-se no esforço de dar visibilidade a uma das mais intoleráveis formas de exploração do trabalho: o trabalho infantil doméstico.

Espera-se que o estudo aqui apresentado possa contribuir para a reflexão sobre o tema e subsidiar ações de intervenção que venham favorecer o processo de mobilização para eliminação do trabalho infantil no estado da Paraíba.

Coordenação Colegiada
João Pessoa, abril de 2006

Súmario

Apresentação	7
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	7
Universidade Federal da Paraíba	8
Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba	10
Introdução	15
Metodologia	16
Definição conceitual	17
A amostra	18
1. Perfil	19
Atividade de trabalho	19
Escolas de João Pessoa onde as crianças e adolescentes foram localizadas	20
Gênero	21
Idade	22
Faixas etárias e idade com que começaram a trabalhar	24
Faixas etárias e tempo de trabalho	25
Gênero e faixas etárias	26
Raça/Etnia	27
Primeira atividade de trabalho	28
2. O que explica a inserção precoce no TID em João Pessoa	31
Motivos da inserção precoce no trabalho	31
Renda familiar e idade com que começaram a trabalhar	32
Renda semanal e motivos para permanecerem na atividade	33
Ocupação do pai e da mãe e a cultura familiar	34
Trabalho infantil e equipamentos institucionais	35
Idade que começou a trabalhar e Bolsa Escola	36
Idade que começou a trabalhar e participação em programas sociais	36
3. Família	37
Origem da família	37
Número de membros na família	38
Manutenção financeira do grupo familiar	38
Ramos de atividades dos pais	39
Ramos de atividades das mães	40
Renda familiar	41
Renda familiar e número de pessoas por domicílio	43
4. Atividades	45
Atividades desempenhadas e gênero	47
Gênero e atividades	48
O que mais gostam no trabalho	49
Motivos de gostarem	49
O que menos gostam	50
Motivos de não gostarem	50
O TID e outros trabalhos	52
Para quem trabalham	52
Jornadas de trabalho	53
Faixas etárias X dias trabalhados por semana X horas trabalhadas por dia	55
5. Atividades além do trabalho	57

Trabalha em outra atividade e brinca	57
6. Escolaridade	59
Reprovação Escolar	60
Motivo atribuído à reprovação	60
Gênero e defasagem	61
Sexo e defasagem	61
Tempo de trabalho e número de reprovações	63
Horas de trabalho por dia e número de reprovações	64
7. Riscos1	65
Reflexos depois de um dia de trabalho	66
Horas trabalhadas por dia e condições após um dia de trabalho	66
Pausas	67
Riscos físicos	68
Riscos químicos	69
Riscos biológicos	69
Riscos ergonômicos	70
Riscos de acidentes	71
Riscos sociais	72
Riscos psicológicos	73
8. Perspectivas de futuro	75
Futuro financeiro	77
9. Considerações finais	79
10. Recomendações	81
11. Referências	82

Tabelas

Tabela 1: Modalidade TID	19
Tabela 2: Escolas de João Pessoa onde as crianças e adolescentes foram localizadas	20
Tabela 3: Faixas etárias	23
Tabela 4: Faixas etárias em função da modalidade TID	23
Tabela 5: Faixas etárias em função da idade	25
Tabela 6: Tempo de trabalho	25
Tabela 7: Faixas etárias em função do tempo de trabalho	26
Tabela 8: Sexo em função das faixas etárias	26
Tabela 9: Raça/etnia	27
Tabela 10: Primeira atividade de trabalho	28
Tabela 11: Primeira atividade de trabalho desempenhada	28
Tabela 12: Motivos da inserção precoce no trabalho	31
Tabela 13: Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar	32

Tabela 14: Renda semanal em função dos motivos de quererem permanecer na atividade de trabalho 33

Tabela 15: Se gostariam de deixar de trabalhar no TID em função dos motivos para tal..... 33

Tabela 16: Ocupação da mãe em função das faixas etárias que começaram a trabalhar 35

Tabela 17: Participação da família em programas de assistência 36

Tabela 18: Motivos da mudança do município 37

Tabela 19: Situação ocupacional do pai em função da situação ocupacional da mãe 38

Tabela 20: Ramos de atividades dos pais 40

Tabela 21: Ramos de atividades das mães 40

Tabela 22: Renda mensal familiar 41

Tabela 23: Modalidade TID em função da renda mensal familiar 42

Tabela 24: Renda mensal familiar em função do número de pessoas por domicílio 43

Tabela 25: Atividades desempenhadas 45

Tabela 26: Sexo em função da modalidade TID 47

Tabela 27: Motivos de gostarem 49

Tabela 28: O que menos gostam no trabalho 50

Tabela 29: Motivos de não gostarem 51

Tabela 30: Relação de trabalho 52

Tabela 31: Renda semanal..... 53

Tabela 32: Número de horas trabalhadas por dia 53

Tabela 33: Modalidade TID em função de horas trabalhadas por dia 54

Tabela 34: Faixas etárias em função de números de horas trabalhadas por dia 54

Tabela 35: Faixas etárias em função dos dias trabalhados por semana e das horas trabalhadas por dia 55

Tabela 36: Faz outro trabalho atualmente em função de brincar 58

Tabela 37: Escolaridade 59

Tabela 38: Defasagem escolar 59

Tabela 39: Motivos de serem reprovados 60

Tabela 40: Sexo em função da defasagem escolar 62

Tabela 41: Modalidade TID em função da defasagem escolar 62

Tabela 42: Tempo de trabalho em função do número de reprovações 63

Tabela 43: Números de horas em função do número de reprovações 64

Tabela 44: Horas trabalhadas por dia em função das condições após um dia de trabalho 66

Tabela 45: Modalidade TID em função da existência de pausas 67

Tabela 46: Riscos Físicos 68

Tabela 47: Riscos químicos 69

Tabela 48: Riscos biológicos 69

Tabela 49: Riscos ergonômicos 70

Tabela 50: Riscos de acidentes 71

Tabela 51: Riscos sociais 72

Tabela 52: Riscos psicológicos 74

Tabela 53: Profissões que desejam exercer no futuro 75

Tabela 54: Expectativas de futuro 76



Introdução

Este relatório apresenta dados do Diagnóstico Rápido - Sobre as piores formas de trabalho infantil¹ na Paraíba. O referido diagnóstico faz parte do Projeto Catavento, que objetiva contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil em suas piores formas em cinco municípios do estado da Paraíba. Neste relatório, especificamente, tratar-se-á do Trabalho Infantil Doméstico (TID) no município de João Pessoa, capital do estado.

O Projeto Catavento está sendo desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FEPETI), a Casa Pequeno Davi, que é a instituição executora, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O papel da UFPB na parceria é de desenvolver o diagnóstico e análise dos dados, o que foi realizado pelo Grupo de Estudo sobre o Trabalho Precoce ligado ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho².

A escolha dos municípios para atuação do Projeto Catavento deu-se a partir da indicação dos membros das instituições públicas e organizações não governamentais que compõem o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Defesa do Adolescente Trabalhador. No município de Santa Rita foi escolhido o trabalho infantil na cultura do abacaxi; em Guarabira o foco foi o trabalho infantil urbano informal; em João Pessoa o trabalho infantil doméstico, em Patos a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Tais indicações justificaram-se por serem esses municípios os mais representativos, com a maior concentração de crianças e adolescentes trabalhadores, na faixa de 7 a 18 anos de idade, nessas atividades.

A Paraíba, segundo PNAD 2001, tinha 992.820 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos, sendo que 129.571 são trabalhadores³, ou seja, 13,04%; 60% estavam no ramo de atividades agrícola; 15,8%, no setor serviços; e 15,8%, na atividade comércio (Kassouf, 2004).

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é a terceira cidade mais antiga do Brasil, localizada entre o Rio Paraíba e o Oceano Atlântico. Possui uma área de 210,80 Km². As principais atividades econômicas são o comércio, a pesca e, mais recentemente, o turismo. Em sua localização, encontra-se a Ponta do Seixas, o ponto mais oriental das Américas.

Segundo o Censo de 2000 do IBGE, João Pessoa tinha 594.922 habitantes. Desses, 129.425 estavam na faixa etária de 7 a 17 anos, isto é, 21,7% da população total. Havia 5.204 crianças e adolescentes trabalhando, sendo 2.749 em atividades perigosas. O município ocupava o 1º lugar no ranking do estado da Paraíba, em número de crianças e adolescentes trabalhando, e também em atividades perigosas desempenhadas pelos sujeitos nesta faixa etária.

¹ A Convenção 182 da OIT estabelece a proibição das piores formas de trabalho infantil para atividades desempenhadas por crianças até 18 anos de idade. Trabalho Infantil Doméstico (TID) significa o desempenho de afazeres domésticos, de uma tarefa ou uma atividade econômica, com o objetivo de receber pagamento, garantir seu sustento ou contribuir com o sustento da família.

² O Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho é um grupo de pesquisa da UFPB. Fundado em 1995, reúne pesquisadores no campo temático subjetividade e trabalho, define-se numa perspectiva pluridisciplinar e opera articulando pesquisa, ensino e extensão. Configura-se em linhas de pesquisa, uma das quais é o Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce.

³ Trabalhadores para o IBGE referem-se a pessoas que desenvolviam uma ocupação na semana de referência.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico Rápido - Sobre o Trabalho Infantil Doméstico (TID) foi fruto de um processo que se iniciou no FEPETI, através de uma discussão com as instituições filiadas, com o objetivo de que elas colaborassem na identificação de crianças e adolescentes trabalhadores neste tipo de atividade com idades entre 7 e 18 anos de idade e que não freqüentassem a escola. Para isso foi distribuído um instrumento construído pelo Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce ligado ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho da Universidade Federal da Paraíba.

Tratava-se de um instrumento denominado *Mosquito TID*⁴, que continha as seguintes questões: “Você conhece algum menino ou menina que trabalha como doméstica ou babá na casa de alguém?” “Você sabe qual a idade ele ou ela tem?”, “Como posso manter contato com este menino ou menina?”, “Este menino ou menina freqüenta escola?”.

O referido instrumento serviria para que a equipe identificasse os sujeitos do diagnóstico e pudesse proceder a aplicação de um outro instrumento, um questionário no formato do Diagnóstico Rápido. Tentou-se com essa metodologia investigar, a partir dos lares, utilizando o conhecimento das instituições filiadas ao Fórum. A metodologia mostrou-se ineficaz, já que nenhuma instituição obteve quaisquer informações.

Este resultado já apontava para a compreensão de alguns aspectos, dentre eles a possível naturalização desse tipo de atividade, pois parecia estranho que o FEPETI, com cerca de 60 instituições afiliadas, cada uma delas com vários componentes, funcionários ou voluntários, não identificasse nenhuma criança ou adolescente trabalhador ou trabalhadora domésticos.

Em decorrência da ineficácia desse procedimento, optou-se por se realizar o contato via escola, já que a Pastoral do Menor, que estava desenvolvendo um projeto com crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas em um bairro da cidade, informava quão significativa era a identificação de meninos e meninas trabalhadores nesta atividade nos estabelecimentos de ensino.

A coordenação do Projeto Catavento obteve, nas Secretarias de Educação, autorização para se realizar o diagnóstico nas escolas públicas municipais e estaduais. E o Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce procedeu a investigação. Os critérios para seleção das escolas foram:

As escolas municipais, que tinham os programas “se liga” e “acelera”, no turno da tarde, e “Educação de Jovens e Adultos”, no turno da noite, porque compreendem programas que trabalham com educandos que apresentam alguma forma de defasagem escolar série-idade, uma das conseqüências do trabalho infantil.

Para as escolas estaduais, o critério era ter mais de 1.000 alunos e ser estratégica no bairro, porque seus educandos são na maioria jovens que estudam no turno da noite, pois, durante o dia, não podem estudar porque trabalham. Todavia, dada a dificuldade de tempo, já que o Projeto Catavento dispunha de, no máximo, 4 meses, a coordenação do mesmo, de comum acordo com o grupo de pesquisa, optou por investigar apenas o bairro de Mangabeira e as adjacências, como os bairros de Bancários, Castelo Branco, Geisel e José Américo. A escolha do bairro de Mangabeira deveu-se ao fato de que a intervenção do Projeto seria desenvolvida nele. Investigou-se um total de sete escolas. Três escolas estaduais e quatro municipais.

⁴ O nome do instrumento é uma alusão a uma forma de panfleto utilizado na circulação rápida de uma informação objetiva.

O procedimento consistiu na visita às salas de aula das escolas que correspondiam os critérios acima citados. Explicava-se o objetivo do Projeto, que era erradicar e prevenir o trabalho infantil nas suas piores formas e, dentro do Projeto, o objetivo do diagnóstico. Convidavam-se os que tinham entre 7 e 18 anos para responder um pequeno questionário: o Mosquito TID. Nesta etapa, também se adotou, como estratégia inicial de identificação, esse instrumento. Todavia não se usou aqui o termo Mosquito, apenas informava-se que era um questionário rápido. O Mosquito TID continha as seguintes questões: “Caráter da Escola”, “Nome do sujeito”, “Idade”, “Sexo”, “Série”, “Turno”, “Nº da Turma”, “Trabalha (sim ou não, ajuda)”, “Em quê?”

Em seguida, procedia-se a uma triagem, que servia para se identificar os que respondiam que trabalhavam nas atividades domésticas. A partir de trabalhos anteriores, tinha-se conhecimento de que muitas meninas e meninos não querem que os colegas saibam que são trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Daí a importância de não se esclarecer, na primeira abordagem, para o Mosquito, que é sobre o TID, mas trabalho infantil em geral. Feita a triagem, voltava-se às salas e convidavam-se os meninos e as meninas identificados como trabalhadores e trabalhadoras domésticos para responder o questionário no formato Diagnóstico Rápido. Neste segundo momento, então se esclarecia mais detalhadamente o objetivo de se diagnosticar o Trabalho Infantil Doméstico.

O questionário continha questões sobre as seguintes temáticas: “Dados sócio-demográficos”, “Família”, “Atividade de Trabalho”, “Escolaridade”, “Riscos” e “Perspectivas de Futuro”.

Após a aplicação dos questionários, passou-se à fase de tratamento dos dados. Antes de se digitar essas informações, os questionários passaram por leituras cuidadosas, para identificar e corrigir possíveis erros, e pelo processo de categorização das respostas às questões abertas. Após a categorização das questões abertas, efetuou-se a enumeração de todas essas respostas no questionário para que se pudesse passar para a próxima etapa, construção de um banco de dados e inserção dos mesmos no *software SPSS*.

Uma vez inseridos no referido *software*, os dados passaram por outra revisão na tentativa de se eliminar quaisquer tipos de erros, inclusive de digitação. Após esta revisão, extraíram-se os *files*, limpavam-se os dados errados, emitiram-se as frequências numéricas e as categorias semânticas e as correlações para que se procedesse a descrição e a análise dos dados.

O processo de construção das tabelas também é feito através do *software SPSS* que fornece frequências e percentuais absolutos e relativos. Para essa pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com percentuais relativos. A população da pesquisa é constituída de 115 pessoas, mas, em várias tabelas do relatório, o número de sujeitos apresentados é diferente deste, porque algumas questões não foram respondidas ou não se aplicavam.

Outro elemento a ser observado em algumas tabelas, constituídas apenas de uma variável, é o total percentual. Este total é calculado pelo SPSS, sofrendo arredondamento para valores pouco acima ou abaixo de 100,0%. A partir da leitura estatística, tais desvios de porcentagem são insignificantes.

Definição conceitual

Por Trabalho Infantil Doméstico (TID), neste diagnóstico, entendem-se os afazeres domésticos de cuidar de casas, pessoas ou animais (domésticos) executados para as próprias famílias ou para terceiros em troca de pagamento, em gênero ou espécie, por crianças e adolescentes até 18 anos de idade. Optou-se por se investigar o TID como atividades remuneradas e como afazeres domésticos (com o caráter de socialização ou ajuda) porque haviam fortes indícios anteriores, identificados

através de experiências desenvolvidas por instituições filiadas ao FEPETI, que indicavam crianças e adolescentes desempenhando atividades domésticas que comprometiam o tempo do estudo e do brincar. Embora não recebessem pagamento, eram utilizados por segmentos sociais das classes populares como dispositivos de disciplinamento ou porque havia a compreensão de que, nestas classes, a infância acabava cedo, a partir dos sete anos.

Partindo desse conceito, os dados que emergiram do diagnóstico possibilitaram que se fizesse a seguinte caracterização para demonstrar como se apresenta o Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa: “trabalho infantil doméstico remunerado”, “trabalho infantil doméstico socialização” e “trabalho infantil doméstico ajuda”. Estas categorias serão definidas abaixo no item **primeira atividade de trabalho**.

Um aspecto que reforçou essa definição foram os dados que emergiram da metodologia utilizada, permitindo a constatação de que as crianças e adolescentes entrevistados representavam as atividades que desempenhavam em casa como sendo trabalho doméstico. Isto foi possível porque o Mosquito TID era respondido pelos sujeitos sem a ajuda ou a participação dos pesquisadores, uma vez que recebiam o instrumento e respondiam sozinhos.

Responderam o Mosquito TID 246 sujeitos, de 7 a 18 anos de idade, sendo que 70%, ao responderem “em que trabalhavam”, o fizeram indicando o trabalho doméstico, enquanto 30% responderam outras atividades. Embora o trabalho infantil no Brasil seja proibido até 16 anos, optou-se por se investigar até 18 anos porque a convenção 182 da OIT, sobre as piores formas de trabalho infantil, o proíbe até esta idade.

Aqui, já se deve analisar o primeiro dado que emerge. Como não se havia dito, inicialmente, quando se solicitava para responder o primeiro questionário de identificação, o Mosquito TID, que se tratava de uma investigação sobre trabalho doméstico, mas sobre trabalho infantil. Mesmo assim 70% se identificaram como TID. Pode-se inferir disto, o quão significativa pode ser essa atividade em João Pessoa.

A amostra

O tamanho da amostra foi determinado pelas metas de atendimento estabelecidas no Programa de Duração Determinada da OIT. A meta prevista, conforme se encontrava determinado no Projeto Catavento, era de 63 sujeitos, 42 para erradicação e 21 para prevenção. Todavia, neste diagnóstico, aplicaram-se questionários a 115 sujeitos, porque o conjunto de procedimentos metodológicos apontavam para tal. De modo que o número de sujeitos contatados foi superior à meta estabelecida.



1. Perfil

Atividade de trabalho

A caracterização da atividade de Trabalho Infantil Doméstico fez parte do diagnóstico no sentido de se compreender como esta se apresenta em João Pessoa. Os dados revelaram que o TID na referida cidade divide-se em três modalidades:

Trabalho infantil doméstico remunerado é aquele pelo qual a criança ou o adolescente recebe um pagamento em dinheiro ou gêneros. *É um trabalho feito para outra pessoa em troca de remuneração* (Moreira & Stengel, 2003, p.16).

Trabalho infantil doméstico com caráter de socialização é aquele realizado na própria casa. A criança ou o adolescente faz algumas tarefas na casa da família, às vezes com pequenas responsabilidades, mas sem comprometer todo o seu tempo. Tem mais o caráter de participação e contribuição na vida familiar e o caráter formador segundo a concepção desse grupo social.

Trabalho infantil doméstico com caráter de ajuda é aquele realizado na casa da família ou de terceiros, em que a criança ou o adolescente assume responsabilidades pelo cuidado da casa ou de pessoas (crianças, velhos ou doentes). No caso da própria família, pode ou não receber pagamento, sendo que, na maioria das vezes, ao assumir as responsabilidades, disponibiliza outros adultos para o trabalho fora de casa ou assume sozinha todo o processo de trabalho. Quando o TID ajuda é para terceiros, o pagamento é mais ínfimo ainda e o caráter de ajuda esconde a precariedade da relação ou a situação de exploração. Neste último caso, é comum a ajuda a uma vizinha ou parente.

Tabela 1: Modalidade TID

Modalidade	<i>n</i>	%
Socialização	63	54,8
Recebe remuneração	34	29,6
Ajuda (exploratório)	18	15,7
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Os dados revelaram que, dentre os sujeitos investigados, 54,8% desempenham o “TID socialização”, 29,6% o “TID remuneração” e 15,7% o “TID ajuda”.

O alto grau de socialização pode estar refletindo uma questão de gênero ou de cultura obtida através do processo de socialização que prepara para o desempenho de papéis sociais. O gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1995).

O TID socialização seria então uma forma de socializar meninos e meninas, sendo que a participação dos meninos pode ter o sentido de prepará-los para, no futuro, serem provedores e exercerem a força física, atributos do sexo masculino. O que pode ser verificado já que a eles cabem tarefas consideradas pesadas ou externas ao espaço privado, tais como pôr o lixo fora, cuidar do cachorro, fazer compras.

Enquanto para as meninas visa a formação de gênero no sentido de prepará-las para exercer os papéis que foram social e historicamente construídos como destinados ao sexo feminino, isso ficará nítido ao longo do texto, a partir dos dados sobre atividades e gênero.

Em ambos os casos, a socialização pode ser no sentido de reproduzir valores de uma cultura que tem no trabalho o caráter de proteger do ócio e da marginalidade. A socialização é vista como uma obrigação de dar algo em troca. A condição de não dar é tolerada apenas em crianças pequenas. Como, para as classes populares, a infância tem curta duração (6 a 7 anos), elas começam cedo com o trabalho doméstico como socialização. Não sabemos ao certo (até porque não se tinha esse objetivo) se daí migram para o “TID ajuda” ou para o “TID remunerado.”

Para alguns autores (Cervini & Burger, 1991, p. 24), (...) *em contextos mais pobres, a criança é muito explorada através desta forma de atividade mais oculta e socialmente aceitável, sem que, no entanto, seja considerada “trabalho”.*

A utilização da mão-de-obra infantil, na modalidade ajuda, por parte de uma comunidade formada por vizinhos, precisa ser analisada considerando-se o contexto de socialização do referido grupo e a presença insatisfatória de equipamentos públicos institucionais à disposição da referida comunidade. Segundo Silva & Alberto (2003), em pesquisa sobre o Trabalho Infantil Doméstico em João Pessoa, constatou-se:

(...) que as condições econômicas e sociais dos patrões eram de classe baixa: também vítimas da exploração do mercado de trabalho. O que se consubstancia numa economia da pobreza, uma gama de atividades que são geradas como estratégias de sobrevivência, nas camadas mais pobres da sociedade brasileira.

Escolas de João Pessoa onde as crianças e adolescentes foram localizadas

Procedeu-se a investigação nos bairros cujas escolas correspondiam aos critérios estabelecidos. De modo que 43,5% estudavam na Escola Maria Bronzeado, no bairro de Mangabeira. Este bairro acabou sendo o escolhido para a intervenção do Projeto Catavento.

Tabela 2: Escolas de João Pessoa onde as crianças e adolescentes foram localizadas

Escola	<i>n</i>	%
Est. Maria Bronzeado Machado	50	43,5
Mun. Lions Tambaú	28	24,3
Mun. João Gadelha	12	10,4
Francisco Ascensão Cunha	9	7,8
Mun. Fenelon Câmara	8	7,0
Est. Presidente Médici	5	4,3
Mun. Compositor Luís Ramalho	3	2,6
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

O Diagnóstico mostrou que, embora as três modalidades estejam presentes em todas as escolas, o “TID socialização” (55,6%) e o “TID ajuda” (66,7%) destacaram-se na Escola Maria Bronzeado, no turno da tarde. Já o “TID remunerado” destacou-se na Escola Lions (35,3%) no turno da noite. Esta última escola recebe anualmente um número significativo de trabalhadores precoces no turno da noite.

Gênero

A partir dos dados, é possível compreender que neste diagnóstico o trabalho precoce na atividade doméstica tem o seguinte perfil: 66,1% são meninas e 33,9% são meninos. A idade mínima encontrada foi de 7 anos, a moda¹ foi de 18 anos e a média foi de 13. Embora a moda seja de 18 anos, a maioria começou a trabalhar entre 8 e 14 anos, idade proibida por Lei conforme determina a Constituição Federal do Brasil e o Estatuto de Criança e do Adolescente.

A questão de gênero no Trabalho Infantil Doméstico destaca-se e representa uma tônica comum. Trata-se do fato de que sempre se encontram mais meninas do que meninos neste tipo de atividade. Em Belém, 95,5% são mulheres e 47,8% têm entre 12 e 15 anos. Em Recife, 94,5% são do sexo feminino e mais de 50% têm entre 15 e 17 anos (OIT, 2003). Vários autores que analisam a relação trabalho e gênero tanto em relação aos adultos (Kergoat, 1986; Hirata, 1988; Macedo, 1993), quanto em relação ao trabalho infantil, especificamente, (Madeira, 1997; Cervini & Burger, 1991; Tavares, 2002; Alberto, 2002), referem-se que há uma divisão social e sexual de gênero. A explicação para a questão de gênero deriva da construção social que naturaliza à mulher as atividades domésticas e, aos homens as atividades de rua, de modo que os meninos estão mais nas atividades de rua, enquanto as meninas estariam inseridas nas atividades domésticas. Este dado corrobora os do diagnóstico do Projeto Catavento sobre as piores formas no município de Guarabira, no estado da Paraíba, na qual 91,4% dos trabalhadores precoces são meninos e 8,6% são meninas.

Kassouf (OIT, 2002) constata que, enquanto a maioria dos meninos é empregada, a maioria das meninas é trabalhadora doméstica. Segundo a referida autora, em 1995, os meninos do setor urbano que trabalhavam em atividades doméstica eram de 1,5%, enquanto as meninas eram 36,2%. Em 1999, os meninos trabalhadores no setor urbano nas atividades domésticas eram de 0,7% e as meninas, de 25,2%.

Festa & Canela (OIT, 2003, p. 47), em pesquisa que analisa a mídia, o trabalho infantil e o aspecto de gênero na perspectiva do Mercosul mais o Chile, observam que o trabalho doméstico é a forma mais oculta de trabalho precoce, principalmente de meninas, cujas atividades desempenhadas não são remuneradas ou são feitas para a família, sendo que 83% são adolescentes mulheres. Ainda nessa referência, citando Bourdieu, os autores explicam que são mulheres porque elas fazem parte do que aquele autor chama de “economia do cuidado”, que significa cuidar da casa, da família, da comunidade, do outro “em ciclos que se produzem ao longo da vida das mulheres”.

Tavares (2002, p. 30), em pesquisa sobre o trabalho infantil em Recife, também faz referência à questão de gênero, analisando que, no Brasil, as heranças culturais do patriarcalismo, do escravismo e do menorismo, a divisão social e sexual do trabalho seguem padrões tradicionais (...) *determinando às crianças ou adolescentes, às mulheres e às pessoas negras e mestiças, a responsabilidade pelos trabalhos menos especializados e mais desvalorizados socialmente*. De modo que a iniciação das

¹ Maior concentração de dados.

meninas pobres no trabalho doméstico, por volta de sete ou oito anos de idade, no contexto familiar, resvala depois para o mercado de trabalho remunerado, o que é percebido como natural para mulheres, crianças, mestiças e pobres.

Uma dimensão nefasta que pode advir do TID refere-se ao fato de que para as mulheres meninas que desempenham o “TID ajuda” e o “TID remuneração” e não combinarem o trabalho doméstico com outras atividades, como estudar, por exemplo, estarão vivenciando um confinamento no espaço doméstico. Esta é uma dimensão de gênero excludente e estigmatizadora.

A Organização Internacional do Trabalho, em produção que faz uma caracterização geral do trabalho infanto-juvenil doméstico no Brasil (OIT, 2003), identifica que são predominantemente meninas (92,1%) que desempenham esse tipo de trabalho. Na referida produção, cita-se Heilborn (OIT, 2001), que analisou a socialização diferenciada de meninas e meninos de grupos familiares populares, mostrando que o trabalho doméstico se reveste de conteúdos de obrigação para as meninas e de ajuda para os meninos.

Neste diagnóstico, em João Pessoa, há a predominância de meninas, mas há um diferencial em relação aos outros dados produzidos pelos autores acima citados, ou seja, que a presença significativa de meninos (33,9%) se deva ao fato de que se investigou o trabalho infantil remunerado e os afazeres domésticos, o que corrobora os dados de Heilborn (OIT, 2001), de que as meninas têm obrigação, os meninos ajudam, colaboram no trabalho doméstico. Todavia, mesmo considerando-se estes aspectos, ainda assim há predominância do sexo feminino.

Idade

A idade das crianças e adolescentes identificadas nas atividades de Trabalho Infantil Doméstico na cidade de João Pessoa, desde o “TID socialização” até as atividades domésticas remuneradas, varia de 7 a 18 anos. Como essa faixa foi previamente delimitada pela OIT, cumpre-se analisar qual faixa predominou e o porquê.

Dentre os sujeitos investigados, 60,9 % encontravam-se na faixa de 7 a 14 anos, 20% na faixa de 15 a 16, enquanto 19,1% na faixa de 17 a 18 anos. O primeiro aspecto a se ressaltar é a diferença entre o trabalho da criança e do adolescente. A criança tem demandas desenvolvimentais mais emergentes. Os significados e os impactos nas crianças são maiores do que nos adolescentes. Segundo pesquisas de outros autores (Moreira & Stengel, 2003), após os 16 anos é maior a concentração de trabalhadores precoces. Assim, como aqui se identificou “TID socialização” e “TID remunerado”, o primeiro concentra a faixa mais jovem, e o segundo a faixa com mais idade. Esses dados são semelhantes aos do Lúmen Instituto de Pesquisa/FUMARC/PUC de Minas (OIT, 2003, p. 17), referentes às cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife, em que (...) *a faixa etária de 12 a 15 anos foi a de maior incidência de trabalhadoras domésticas, com 53,28%. Também foi expressivo o número de adolescentes na faixa de 16 a 17 anos (41,43%).*

É compreensível a predominância de 60,9%, na faixa de 7 a 14 anos, se se considerar as que estão envolvidas na categoria afazeres domésticos com o caráter de socialização na família ou de ajuda. A maior implicação psicossocial deste tipo de atividade, embora pareça de menor importância, é o fato de que a criança, na maioria das vezes, cabe uma responsabilidade prematura, que a impede de estudar (tanto freqüentar a escola, como fazer as tarefas escolares) e retira dela o tempo que deveria ser dedicado ao brincar, importante no processo de desenvolvimento afetivo e cognitivo.

Tabela 3: Faixas etárias

Faixas	<i>n</i>	%
7 a 14 anos	70	60,9
15 a 16 anos	23	20,0
17 a 18 anos	22	19,1
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

A idade em que se encontram hoje representa um parâmetro em relação ao momento em que os pesquisadores os encontraram. Todavia há uma outra questão, referente à idade que começaram, que é mais significativa em relação aos direitos dessas crianças e adolescentes e as implicações da inserção precoce para o seu desenvolvimento bio-psicossocial.

Quando se correlacionam as faixas etárias com as modalidades, os dados são os seguintes: o “TID socialização” predomina na faixa de 7 a 14 anos (74,3%), o “TID ajuda” na faixa de 15 a 16 anos (47,8%) e o “TID remunerado” na faixa de 17 a 18 anos (86,4%). O fato de o “TID remunerado” predominar na faixa etária permitida por Lei não significa cumprimento da legislação e respeito aos direitos das crianças e adolescentes, pois 40,9% do total do “TID remunerado” têm entre 5 e 12 anos de trabalho. Logo começaram em idade proibida. E 20,5% do total têm entre 5 e 12 anos de trabalho, o que é mais significativo ainda considerando-se a proibição e, conseqüentemente, a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Tabela 4: Faixas etárias em função da modalidade TID*

Faixas etárias	Modalidade TID						Total	
	Recebe remuneração		Ajuda (exploratório)		Socialização			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
7 a 14	4	5,7	14	20,0	52	74,3	70	100,0
15 a 16	11	47,8	4	17,4	8	34,8	23	100,0
17 a 18	19	86,4	-	-	3	13,6	22	100,0
Total	34	29,6	18	15,7	63	54,8	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

* Consideração Metodológica: Cada total de cada categoria é dividido pelo total geral. Por exemplo, 34 casos na categoria “recebe remuneração” dividido pelo total da amostra 115 = 29,6%. Portanto, 29,6% do total de 115 entrevistados afirmaram que recebem remuneração. Depois 18 casos da categoria “ajuda” dividido pelo total 115 é igual a 15,7%. Por último, 63 casos de “socialização” dividido pelo total de 115 é igual a 54,8%. A soma destes três percentuais é igual a 100% na mesma linha. Estes foram os percentuais considerados marginais porque são as somas totais por linha ou coluna.

Para calcular as percentagens internas na tabela dividimos cada frequência pelo total da linha ou coluna que apresenta os 100% de informação. Por exemplo, 4 casos de pessoas que estão na faixa etária de 7 a 14 anos recebem remuneração. Como nesta faixa o total de casos foi 70, dividimos o 4 pelo total e multiplicamos por 100 para obtermos o percentual desta célula, tendo como resultado 5,7%. Em seguida, 14 casos são divididos por 70 e multiplicado por 100, obtendo-se 20% e por último, 52 segue o mesmo procedimento obtendo o resultado de 74,3%. Novamente este procedimento é executado em cada linha correspondente às outras faixas etárias. Este tratamento se repete em todas as tabelas nas quais constam correlações.

Dentre os que estão no “TID remunerado”, 86,4% estão na categoria de 17 a 18 anos de idade, e apenas 5,7% estão na faixa de 7 a 14 anos. Na categoria dos que não recebem remuneração, estão sobretudo os que estão nas faixas etárias de 7 a 14 e de 15 a 16 anos de idade. Este resultado mostra uma correlação negativa substancial ($g=-0,806$ e $p<0,05$), mostrando, conforme análise acima, que, quanto mais alta a faixa etária do pesquisado, menor a possibilidade de ele estar na categoria de “TID socialização”. Vale ressaltar que, embora apenas 5,7% recebam remuneração, são sujeitos em processo de desenvolvimento, ou seja, crianças e adolescentes que estão exatamente na faixa de 7 a 14 anos, o que é proibido por lei, art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, e fere a Convenção 138 da OIT, no que se refere à idade mínima.

Os dados possibilitam algumas análises: corroboram a leitura de Heilborn (OIT, 2001), de que, nas classes populares, começa-se a trabalhar cedo, no contexto familiar, e depois se resvala para o mercado de trabalho. Segundo Hirata (1988), em análise sobre a divisão social e sexual do trabalho, o trabalho das mulheres é desvalorizado e esta desvalorização tem diversas causas. Uma delas é que a aprendizagem e a formação se dão no processo de socialização, no contexto do lar, onde se aprendem características úteis ao mercado de trabalho, mas que não são valorizadas, porque a formação se deu nesse contexto, fora das escolas. De modo que o mercado se utiliza dessa formação, mas não a valoriza e não a remunera enquanto tal.

Faixas etárias e idade com que começaram a trabalhar

Com relação à idade com que começaram a trabalhar, apareceram crianças com 6 anos de idade. A maior concentração encontra-se na faixa de 8 a 14 anos (80,4%), mas há também as faixas de 6 e 7 anos, com 13,4%, e aqueles que começaram na faixa de 15 a 17 anos de idade cujo percentual foi 6,3%.

Os dados mostram que a faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho doméstico é de 8 a 14 anos, sendo que 20,5% começaram com 9 anos, o que possibilita a compreensão de que essas são as idades que demandam maior número de políticas públicas e mais eficiência, principalmente aquelas pertinentes à prevenção do trabalho da criança, particularmente o processo escolar, cujas obrigatoriedade e gratuidade são determinadas pelas leis brasileiras.

Caso se correlacione a idade que têm com a idade com que começaram, o resultado encontrado mostra que existe uma relação positiva moderada ($g=0,423$ e $p=0.046$) entre faixa etária e idade com que se começou a trabalhar. As pessoas que começaram a trabalhar entre 6 e 7 anos estão, em sua maioria, na faixa mais jovem de 7 a 16 anos de idade. Já os que começaram a trabalhar mais tarde (entre 15 e 17 anos) estão na faixa etária mais elevada de 17 e 18 anos de idade. Esses dados parecem confirmar outros autores de que a criança goza de determinados privilégios no seio da família, os quais são perdidos a medida que crescem e passam a ter condições de fazer algumas tarefas. O que significa que a infância, para as classes pobres, acaba mais cedo (Sarti, 1996; Dauster, 1992; Moreira & Stengel 2003).

Tabela 5: Faixas etárias em função da idade

	Idade em que começaram						Total	
	6 a 7		8 a 14		15 a 17			
Faixas etárias	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
7 a 14	9	13,2	59	86,8	-	-	68	100,0
15 a 16	4	18,2	18	81,8	-	-	22	100,0
17 a 18	2	9,1	13	59,1	7	31,8	22	100,0
Total	15	13,4	90	80,4	7	6,3	112	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Faixas etárias e tempo de trabalho

Considerando-se a idade com que se iniciaram nesta atividade, o tempo de trabalho das crianças e adolescentes nas atividades domésticas varia de 1 a 12 anos, sendo que a maior concentração ocorreu entre aqueles com até 1 ano (32,1%), com 2 anos (24,1%) e com 3 e 4 anos (23%). Os tempos de trabalho de 2, 3 e 4 anos não têm diferenças significativas, ou seja, 47% tem de 2 a 4 anos de trabalho. Caso se considere que, dentre esses, 27% têm entre 7 e 14 anos de idade, será relevante para se compreender que, nas famílias desses sujeitos, o ingresso nas atividades domésticas começa cedo.

Tabela 6: Tempo de trabalho

Tempo	<i>n</i>	%
1 ano	36	32,1
2 anos	27	24,1
3 a 4 anos	26	23,2
5 a 12 anos	23	20,5
Total	112	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Os dados levaram a se elaborar a hipótese de que, quanto mais alta a faixa etária dos entrevistados, mais tempo eles têm de trabalho. Efetuou-se uma correlação entre as duas variáveis, como era esperado, os entrevistados nas faixas de idade mais altas têm mais tempo de trabalho ($g=0,610$) estatisticamente significativo ($p=0,005$). Pessoas com até um ano de trabalho estão mais concentradas na faixa de 7 a 14 anos de idade (44,1%). Já 94,9% possuem entre 5 e 12 anos de trabalho e estão na categoria de 15 a 18 anos de idade. Os resultados indicam que, quanto mais alta a faixa etária das

meninas e dos meninos entrevistados, mais tempo eles têm no trabalho doméstico. Logo, mais vulneráveis aos riscos e ao afastamento do processo escolar eles estarão, com repercussões, ainda, no desenvolvimento do seu processo de socialização.

Tabela 7: Faixas etárias em função do tempo de trabalho

Tempo de trabalho										
Faixas etárias	Até 1 ano		2 anos		3 e 4 anos		5 e 12 anos		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
7 a 14	30	44,1	21	30,9	15	22,1	2	2,9	68	100,0
15 a 16	2	9,1	4	18,2	4	18,2	12	54,5	22	100,0
17 a 18	4	18,2	2	9,1	7	31,8	9	40,9	22	100,0
Total	36	32,1	27	24,1	26	23,2	23	20,5	112	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Gênero e faixas etárias

Também se utilizou o recurso da correlação para se verificar se havia relação significativa entre o sexo e a faixa etária encontrada, verifica-se, na tabela 8, que, na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, predominam os homens (92,3%) contra apenas 44,7% das mulheres. Portanto quase a totalidade dos homens começa a trabalhar na faixa etária mais jovem, enquanto as mulheres se distribuem em todas as três faixas de idade aqui apresentadas. Desta forma, podemos afirmar, com base na tabela abaixo, que existe uma associação forte entre as variáveis sexo e faixas etárias ($g=0,879$)

Tabela 8: Sexo em função das faixas etárias

Faixas								
Sexo	7 a 14		15 a 16		17 a 18		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	34	44,7	20	26,3	22	28,9	76	100,0
Masculino	36	92,3	3	7,7	-	-	39	100,0
Total	70	60,9	23	20,0	22	19,1	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Raça/Etnia

No que diz respeito à raça/etnia 66,1 % são afrodescendentes, 23,5% são brancos e 10,4% são amarelos. Faz-se mister explicar que a pergunta sobre raça era feita da seguinte forma: “No Brasil existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça que você pertence?” As opções eram: branca, negra, mulata, amarela, outra. O total de 66,1% foi obtido juntando-se mulata com negra, morena e parda, que surgiram a partir da opção outra. Os dados permitem compreender que, no município de João Pessoa, os sujeitos investigados no trabalho infantil doméstico corroboram a análise de outros autores de que, no Nordeste brasileiro (Tavares, 2002) predomina a inserção precoce no trabalho de crianças e adolescentes afrodescendentes.

Tabela 9: Raça/Etnia

Raça/Etnia	<i>n</i>	%
Parda/Negra	76	66,1
Branca	27	23,5
Amarela	12	10,4
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Este é um aspecto histórico cultural significativo a ser considerado. A história da sociedade brasileira revela o caráter diferenciador que o trabalho assume no contexto do processo de formação étnica e da sua relação com o trabalho, principalmente no Nordeste. Objeto de estudo de sociólogos, antropólogos e historiadores (Freire, 1982; Kovalick, 1994; De Luca, 2003), essa relação tem sido mostrada como sendo o trabalho atribuído a negros ou homens brancos pobres. Essa análise também faz sentido em relação à cidade de João Pessoa, a terceira cidade mais antiga do Brasil, cuja composição racial, ha muito tempo, registra grande contingente de afrodescendentes.

O Censo de 1872, citado por Alencastro (1997), dá conta de que João Pessoa naquela época tinha 59% dos habitantes pardos e negros. Os dados do IBGE, do Censo 2000, indicam que essa configuração racial em João Pessoa hoje é um pouco diferente: a população é definida como 52,5% branca, 44% parda e 4% negra. Ainda que se adote o mesmo recurso usado nos dados do diagnóstico e se some parda e negra, só dará 48%. De modo que aos remanescentes dos afrodescendentes foi destinado, na sociedade de hoje, sorte semelhante a dos seus ancestrais: trabalho duro, de caráter, na maioria das vezes, explorador.

Os dados deste diagnóstico vêm corroborar os dados do Lúmen Instituto de Pesquisa/FUMARC/PUC de Minas (OIT, 2003) que ratificou o diagnóstico TID em três capitais, Belém: Recife e Belo Horizonte, ao mostrar que o trabalho infantil é majoritariamente desempenhado por meninas, adolescentes, negras ou pardas.

Primeira atividade de trabalho

Quando indagados sobre a primeira atividade de trabalho que desenvolveram, apenas 7,8% o fizeram em outras atividades tais como: “vendedor informal”, “ajudante de salão de beleza”, “ensinando numa escola”, “engraxate”, “panfletista”, “ajudante de mercadinho”, “fazedor de carvão” e “cuidador de animais”.

Tabela 10: Primeira atividade de trabalho

Primeira atividade	<i>n</i>	%
TID socialização	61	53,0
TID remunerado	24	20,9
TID ajuda (exploratório)	21	18,3
Outras	9	7,8
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Ao comparar a primeira atividade para quem já começou com alguma forma de TID e o que fazem, percebe-se que o número de “TID socialização” que era menor (53%), aumentou hoje para 54,8%; o “TID remunerado”, que também era menor (20,9%), aumentou hoje para 29,6%; já o “TID ajuda”, que era 18,3% e hoje diminuiu para 15,7%. Não é possível analisar o sentido da migração de uma categoria para outra, mas é significativo o fato de que o maior aumento aconteceu no “TID remunerado”, inferindo-se que os sujeitos começam nas outras categorias e inevitavelmente tornam-se “TID remunerado”. O que corrobora os estudos de Heilborn (OIT, 2001). As explicações para isso residem num conjunto de fatores de ordem econômica e social, dentre os quais as “necessidades financeiras”, um “mercado que oportuniza” e a falta de “equipamentos insitucionais” públicos.

Tabela 11: Primeira atividade de trabalho desempenhada

Atividades desempenhadas	<i>n</i>	%
TID socialização	61	53,0
TID ajuda (exploratório)	21	18,3
TID remunerado	17	14,8
Babá	7	6,1
Vendedor informal	2	1,7
Ajudante em mercadinho	1	0,9
Ajudante em salão de beleza	1	0,9
Cuidador de animais	1	0,9
Engraxate	1	0,9
Fabricação de carvão	1	0,9
Panfletista	1	0,9
Professor	1	0,9
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Os tipos de atividades, conforme podem ser vistos na tabela 11, mostram também que a inserção precoce está ligada às atividades que requerem pouca qualificação e têm pouco reconhecimento social, mas que são demandantes dessa mão-de-obra.

Segundo a PNAD 2001, havia no Brasil 502.839 crianças e adolescentes trabalhando nas atividades domésticas, sendo 45,2% dos ocupados na faixa de 5 a 17 anos. Desse total, 33,15% no Nordeste. Na Paraíba, 29,2% das meninas da área urbana e 12,5% das meninas da área rural eram trabalhadoras domésticas. Fato que é possível compreender considerando-se que no Brasil e no Nordeste, em especial, há um conjunto de fatores facilitadores desse acesso:

1. Uma mentalidade cultural que naturaliza: há na sociedade uma concepção de que se aceita o trabalho infantil como algo plenamente natural, e até se defende o trabalho infantil como um antídoto à marginalidade.
2. Características do mercado com uma estrutura de empregos e salários que contribui para que as famílias lancem mão do trabalho doméstico de crianças e adolescentes, quer na categoria “TID remunerado”, quer na categoria “TID ajuda”.

Analisar a existência do trabalho precoce como uma questão de necessidades financeiras não é suficiente, se a esta não for combinada uma análise dos aspectos culturais (Rosemberg & Freitas, s/d) e até de aspectos sociais, como políticas públicas como um direito social, uma vez que a ausência de creches, por exemplo, pode ser um fator condicionante do uso da mão-de-obra infantil por parte de uma determinada comunidade (Moreira & Stengel, 2003).





2. O que explica a inserção precoce no TID em João Pessoa

Motivos da inserção precoce no trabalho

Quanto aos motivos pelos quais a criança e o adolescente se inserem precocemente no trabalho são predominantemente: “rede de relações que oportuniza” (54,1%); “necessidades financeiras” (17,1%) e “imposição familiar” (14,4%).

Tabela 12: Motivos da inserção precoce no trabalho

Motivos da inserção	<i>n</i>	%
Rede de relações que oportuniza	60	54,1
Necessidades financeiras	19	17,1
Imposição familiar	16	14,4
Outros	16	14,4
Total	111	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa – PB, 2004

Esta era uma questão aberta que versava sobre os motivos pelos quais se começou a trabalhar cedo e as respostas foram: “ajudar familiares no serviço de casa”, “imposição da família”, “complemento da renda familiar”, “oportunidades”, etc. Na tentativa de se compreender e analisar as respostas, procedeu-se à categorização semântica que possibilitou o aparecimento desses três conjuntos de motivos. Os dados corroboram outras pesquisas que mostram que a análise do trabalho infantil não pode ser feita considerando-se apenas os fatores econômicos, mas que é preciso se levar em conta fatores de ordem cultural, intergeracional, de sexo e raça (Sarti, 1996; Rosenberg & Freitas, s/d; Moreira & Stengel, 2003; OIT, 2003).

Segundo dados do Lúmen Instituto de Pesquisa e do Instituto de Pesquisa da Criança e do Adolescente (OIT, 2003), pesquisa feita em Recife, Belém e Belo Horizonte destaca, entre as várias causas da inserção precoce de crianças e adolescentes no TID, os seguintes aspectos:

- O ingresso de maior número de mulheres nos mercados formal e informal;
- A redução dos serviços de assistência social;
- Sobrevivência das famílias;
- Crescimento da demanda do mercado de trabalho;
- Questões de gênero: aprendizes de esposas;
- Questões raciais;
- Hierarquias etárias.

A referida fonte (OIT, 2003) dá conta de que, no Recife, a inserção precoce se configura como relação de exploração pela qual adultos se valem da vulnerabilidade e inexperiência dos mais novos desde a negociação do contrato de trabalho.

Os aspectos econômicos e a rede de relações que oportunizam também são confirmados por Moreira & Stengel (2003). Elas verificaram que as causas do trabalho doméstico, em pesquisa por eles realizada em Belo Horizonte, também residem

(...) no nível de escolarização, a idade a dificuldade de emprego, a falta de uma formação mais especializada dessas adolescentes, trabalhar como empregada doméstica torna-se uma possibilidade quase única de inserção no mercado de trabalho.

Renda familiar e idade com que começaram a trabalhar

Embora a necessidade financeira tenha aparecido como o segundo motivo responsável pela inserção precoce, a análise dos dados mostrou que não existe correlação ($p>0,05$) entre a renda familiar com a idade com que começaram a trabalhar no TID (tabela 13). Tal dado é compreensível porque, nas três modalidades de Trabalho Infantil Doméstico, que apareceram nesta pesquisa, todas se ligam aos fatores econômicos. Mas eles por si sós não explicam a inserção precoce nesta atividade, já que o aspecto cultural também é marcante, embora se perceba uma leve predominância de maior número de sujeitos trabalhando na medida em que diminui a renda mensal familiar.

Tabela 13: Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar

	Faixas etárias						Total	
	6 a 7 anos		8 a 14 anos		15 a 17 anos			
Renda	n	%	n	%	n	%	n	%
Até 1 SM	4	13,3	24	80,0	2	6,7	30	100,0
Mais de 1 a 2 SM	5	17,2	21	72,4	3	10,3	29	100,0
Mais de 2 a 4 SM	3	12,5	19	79,2	2	8,3	24	100,0
Total	12	14,5	64	77,1	7	8,4	83	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Renda semanal e motivos para permanecerem na atividade

Se a necessidade financeira é um dos motivos alegados pelas crianças e adolescentes para iniciar-se e permanecer precocemente no trabalho, esperava-se que ele fosse, conseqüentemente, um motivo de quererem permanecer no trabalho doméstico, ou seja, esperava-se que na medida em que aumentasse a renda aumentaria a concentração de sujeitos que não queriam deixar a atividade devido aos ganhos ou para ajudar a família. Apesar dessa hipótese não se confirmar (tabela 14), ela demonstra que a maioria, 50% dos que querem permanecer, dá como explicação o prazer que sentem no trabalho. Como se trata de crianças e adolescentes, é necessário compreender o significado do prazer. O prazer no trabalho pode revelar o não acesso a espaços lúdicos e de lazer.

Tabela 14: Renda semanal em função dos motivos de quererem permanecer na atividade de trabalho

Motivos para permanecer na atividade de trabalho										Total
Renda	Ajudar a família		Prazer no trabalho		Necessidades financeiras		Outros			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1 e 20	1	12,5	5	62,5	1	12,5	1	12,5	8	100,0
21 e 40	-	-	1	33,3	2	66,7	-	-	3	100,0
41 e 100	-	-	-	-	1	100,0	-	-	1	100,0
Total	1	8,3	6	50,0	4	33,3	1	8,3	12	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Do mesmo modo perguntou-se a todos os meninos e meninas se gostariam de deixar de trabalhar e os dados revelaram que 39,5% gostariam de deixar. Os motivos alegados foram: para “mudar de vida” (52,3%) e devido ao “sofrimento” (20,5%). Os que “gostariam de permanecer” foram 60,5%, os que alegaram “prazer no trabalho” (47,8%) e os que disseram “ajudar a família” (37,7%) (tabela 15).

Tabela 15: Se gostariam de deixar de trabalhar no TID em função dos motivos para tal

Gostaria de deixar?	Motivos para deixarem		Motivos para permanecerem	
	Sufrimento	Mudar de vida	Ajudar a família	Prazer no trabalho
	%	%	%	%
Sim (39,5%)	20,5	52,3	-	-
Não (60,5%)	-	-	37,7	47,8

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

A análise dos dados referentes a esta questão corrobora outras pesquisas, sobre o trabalho infantil, de que as explicações para as causas da inserção precoce no trabalho não podem ser feitas considerando-se apenas os aspectos financeiros. No caso do Trabalho Infantil Doméstico, o viés cultural vem reiteradamente sendo confirmado. Os elementos até aqui apresentados mostram uma perspectiva histórica e social que compreende o TID dentro de um processo de socialização da criança e do adolescente. Todavia há também, aliado a isso, a constatação de que uma parcela significativa desses trabalhadores se ressentem do sofrimento diante do tipo de atividade de trabalho e de que gostariam de mudar de vida. Não há, nesta pesquisa, elementos suficientes para se compreender se o aspecto cultural sobrepuja o sofrimento e, por isso, parcela significativa não deseja deixar o trabalho ou que aspecto de socialização é esse que possibilite o prazer dos sujeitos crianças e adolescentes nele envolvidos. Ainda se poderia investigar o que é infância para esses sujeitos e como eles a vivenciam. Pois poder-se-ia compreender até que ponto esses sujeitos em processo de desenvolvimento vivenciam infância, até porque os dados até aqui apresentados corroboram outros estudos de que a infância para as classes populares acaba cedo.

Neste sentido, compartilhamos a idéia de Pillotti (1995, p. 25-28), que afirma: *(...) a análise da posição ocupada pela infância na estrutura social requer o desenvolvimento de categorias analíticas específicas.* Partindo desta visão, o autor diferencia a categoria **criança** da categoria **infância**. A primeira se refere à dinâmica do desenvolvimento individual, particularizado, que eventualmente chegará à condição de adulto. A segunda localiza-se *(...) na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura permanente, embora se caracterize pelo fato de que os atores que a integram o fazem, transitoriamente, num processo de permanente substituição.* Os dados obtidos nesta pesquisa permitem se vislumbrar que a maioria dessas crianças não vivenciam a infância concebida como o tempo do ócio, do brincar e do estudar.

Ocupação do pai e da mãe e a cultura familiar

Dados de outras pesquisas (Kassouf, OIT 2002; Cervini & Burger, 1991) revelam a existência de relação entre o trabalho infantil e a atividade dos pais, a cultura familiar trabalhadora e o lugar que a família ocupa na estrutura social. Partindo desses referenciais, buscou-se, nesta pesquisa, verificar tais relações. Os dados revelam uma variabilidade de 35 atividades de trabalho desempenhadas pelos pais das crianças e adolescentes trabalhadores no TID. Como se tornava impraticável qualquer tratamento estatístico, optou-se por se fazer um *recode* categorizando-os a partir de setores da economia: agricultura, comércio e serviços.

Procedeu-se a uma correlação utilizando-se os grupos de faixa etária em que tinham começado a trabalhar em função dos setores ocupacionais dos pais. Este resultado não foi estatisticamente significativo. Todavia, os dados revelaram que os sujeitos que começaram a trabalhar entre 8 e 14 anos representam a maior parte da amostra: 77,3%. Desses, 85,7% dos pais desempenham atividades no setor agrícola e 76,4%, no setor serviços (tabela 16).

Por se tratar de meninas, mister se fez correlacionar a idade com que começaram com as atividades desempenhadas pela mãe. Dentre as mães, 51,30% são trabalhadoras.

Dessas, 78% estão no setor serviços, sendo 56% como doméstica: doméstica remunerada (28,8%), diarista (8,5%), lavadeira (8,5%), cozinheira (6,8%) e babá (3,4%). A atividade das mães no setor serviço predomina em todas as faixas etárias, mas é preponderante na faixa de 8 a 14 anos. Considerou-se trabalho doméstico das mães as atividades desempenhadas nas casas de família, uma vez que apareceram outras atividades de serviços domésticas realizadas em estabelecimentos comerciais como copeira, camareira e auxiliar de cozinha.

Tabela 16: Ocupação da mãe em função das faixas etárias que começaram a trabalhar

Setor	Faixas etárias						Total	
	6 a 7		8 a 14		15 a 16			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Agricultura	-	-	3	100,0	-	-	3	100,0
Serviços	6	13,0	34	73,9	6	13,0	46	100,0
Comércio	1	10,0	9	90,0	-	-	10	100,0
Total	7	11,9	46	78,0	6	10,2	59	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Segundo a OIT (OIT, 2003, p. 2),

(...) a análise dos determinantes do trabalho infanto-juvenil doméstico indicou a escolaridade da mãe como fator explicativo para a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado do trabalho, especialmente no trabalho doméstico: para todas as faixas etárias, a proporção de ocupados declina com o aumento da escolaridade da mãe.

Neste diagnóstico, embora não se tenha investigado a relação entre o TID e a escolaridade da mãe, percebe-se a existência de uma relação que pode ser explicada pelo contexto em que se inserem, cujas oportunidades são de certa forma as mesmas.

Trabalho infantil e equipamentos institucionais

Utilizando-se como referências outros autores que já haviam identificado que há uma relação entre trabalho infantil e a falta de equipamentos institucionais, ou, mais especificamente, as condições de acesso aos serviços públicos (Cervini & Burger, 1991; Rizzini & Rizzini, 1991), procurou-se verificar a relação entre a idade com que começaram a trabalhar e a participação do sujeito ou da família em programas de assistência.

Quanto à participação da família em programas de assistência, 82,6% “participam”, enquanto 17,4% “não participam”. Dentre os que responderam que participam de programas, predomina o “Bolsa Escola” com 47%, seguido de “Fardamento e Livro” com 27,8%, “Bolsa Família” e “Vale Gás” cada um com 13% (tabela 17).



Tabela 17: Participação da família em programas de assistência

Participa de algum programa de assistência?				
Programas	Sim (82,6%)		Não (17,4%)	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Baixa Renda	3	2,6	112	97,4
Bolsa Escola	54	47,0	61	53,0
Bolsa Família	15	13,0	100	87,0
Fardamento e Livro	32	27,8	83	72,2
Pão e Leite	5	4,3	110	95,7
PETI	1	0,9	114	99,1
Vale Gás	15	13,0	100	87,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Idade que começou a trabalhar e Bolsa Escola

Para se verificar os pressupostos acima, realizou-se um cruzamento entre os dados referentes a idade que começou e a participação em alguns programas sociais desenvolvidos pelo governo federal. São políticas que gerariam condições mínimas de manutenção da família e que poderiam, direta ou indiretamente, prevenir ou erradicar o trabalho infantil. Não existe associação entre as variáveis ($p>0,05$). Verifica-se que quase a totalidade dos elementos da amostra pertence a faixa etária de 8 a 14 anos. Pode-se observar com cautela, em face do que foi dito acima, que 80% dos que não possuem Bolsa Escola estão na categoria de 6 a 7 anos de idade.

Idade que começou a trabalhar e participação em programas sociais

A correlação entre a idade em que começou a trabalhar e a participação em programas também não é significativa. Ou seja, não participar de programas não é um fator responsável pela inserção precoce no trabalho, nesse tipo atividade.

Há que se levantar como questão a eficácia dos programas assistenciais, do ponto de vista de mudanças. Qual o papel que desempenham? Como garantem o acesso aos direitos? Qual seus significados enquanto propostas afirmativas que garantam a positividade do direito? Os valores são irrisórios para manterem ou se quer contribuir efetivamente na manutenção da família, haja vista o que mostram as pesquisas, (Domingos *et alii*, 2003; Brito & Teixeira, 2003), de que os meninos e meninas voltam a trabalhar, mesmo inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e principalmente em virtude dos constantes atrasos no pagamento.

A análise dos dados mostra que as idades que predominam os trabalhadores precoces é de 7 a 14 anos, o que significa que quando foi criado o PETI, em 1996, e mais particularmente a data de sua chegada em João Pessoa, em 2000, a maioria estava com idades entre 1 e 6 anos, logo não poderia ter idade suficiente para ingressar nos mesmos. Por isso, a existência de programas não poderia para esses sujeitos correlacionar-se com a idade em que se iniciaram no trabalho.

3. Família

Origem da família

As famílias das crianças e adolescentes trabalhadoras no TID são predominantemente originárias de outras cidades (55,3%), enquanto 44,7% são de João Pessoa.

Os três principais motivos da mudança para os que são originariamente de outra cidade foram “busca de oportunidades e emprego” (42,1%), “busca de melhores condições de vida” (19,3%) e “busca de apoio familiar” (19,3%) (tabela 18). A variável outros compreende “violência” no lugar de origem e devido à “constituição ou separação familiar”. Este último caso refere-se às relações conjugais dos pais. É extremamente significativo o fato de que um pouco mais de 50% seja migrante e que as causas desse deslocamento pessoal ou familiar estejam atreladas à busca de emprego ou de melhores condições de vida – como, por exemplo, busca de assistência de saúde ou de acesso à educação. Isto se torna mais significativo quando a cidade para a qual a adolescente ou a família migrou é a capital do Estado, pois, dentre as causas do trabalho infantil urbano, nas grandes cidades, conforme outros autores já investigaram, é a migração, particularmente o êxodo rural um dos fatores mais significativos (Cervini & Burger, 1991; Kowarick, 1994; Rizzini & Rizzini, 1995; Alberto, 2002). Segundo Lúmen Instituto de Pesquisa (OIT, 2003), 31% das trabalhadoras domésticas do Recife eram migrantes, sozinhas ou com as suas famílias.

Um dado digno de nota é o fato de que as adolescentes que compõem o “TID remunerado” (70,58%) e o “TID ajuda” (47,05%) são originárias de outras cidades que migraram para João Pessoa. Todavia o instrumento não permite caracterizar se o fizeram sozinhas ou acompanhadas de suas famílias.

Tabela 18: Motivos da mudança do município

Motivos	<i>n</i>	%
Busca de oportunidades de emprego	24	42,1
Busca de melhores condições de vida	11	19,3
Busca de apoio familiar	11	19,3
Outros	11	19,3
Total	57	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Número de membros na família

O número de pessoas por residência varia de 2 a 8, sendo que a moda¹ é 4. Predominam os números de 4 a 5 pessoas em 56,3% dos casos, de 6 a 8 pessoas em 28,6% e de 2 a 3 pessoas em 15,2%. Segundo Tavares (2002), em Recife, 51,5% das famílias das crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas tinham entre 5 e 7 pessoas, com renda per capita de ½ salário mínimo. Segundo a PNAD 2001, a média nacional é de 3,5 pessoas no setor urbano e 3,9 no setor rural.

Não existe correlação entre as duas variáveis (p>0,05) renda mensal e número de pessoas por família. Na faixa de até 1 Salário Mínimo (SM), 66,7% têm de 4 a 5 pessoas; na faixa de 1 a 2 SM, 53,6% têm de 6 a 8 pessoas; e, na faixa de 2 a 4 SM, 70,8% têm de 4 a 5 pessoas. Há de se ressaltar que outras pesquisas indicam que o número de pessoas por família é um dos fatores responsáveis pelo envio de crianças e adolescentes para o mercado de trabalho. Todavia Cervini & Burger (1991) aliam a esse aspecto a renda familiar, e se é criança ou adolescente. Como a amostra neste diagnóstico é pequena, quando se procede ao tratamento estatístico, os resultados tornam-se insignificantes estatisticamente.

Manutenção financeira do grupo familiar

No caso do presente documento, no tocante à responsabilidade dos pais na manutenção do grupo familiar, os dados dão conta de que os pais trabalham em 60% dos casos e as mães, 51,3% (tabela 19). O rendimento financeiro é insuficiente. Há uma margem de 13% dos pais que não trabalham e 27% que estão ausentes. Enquanto as mães, há 40,9% que não trabalham e apenas 7,8% estão ausentes. Todavia vale ressaltar que 29,6% dos sujeitos desse diagnóstico desempenham as atividades do “TID remunerado”, ou seja, neste caso, elas contribuem com a manutenção das famílias, mas não moram com elas. Como a grande maioria são adolescentes, parcela significativa dos ganhos é para sua própria manutenção.

Tabela 19: Situação ocupacional do pai em função da situação ocupacional da mãe

Situação do pai	Situação da mãe						Total	
	Trabalha		Não trabalha		Ausente			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Trabalha	35	50,7	33	47,8	1	1,4	69	100,0
Não trabalha	8	53,3	5	33,3	2	13,3	15	100,0
Ausente	16	51,6	9	29,0	6	19,4	31	100,0
Total	59	51,3	47	40,9	9	7,8	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

¹ Valor que ocorre mais vezes em uma distribuição de frequência

Para se tentar compreender a manutenção financeira, ou em que medida o fato de o pai não trabalhar ou estar ausente levaria a mãe a trabalhar e, conseqüentemente, os filhos, correlacionaram-se as questões “seu pai trabalha” e “sua mãe trabalha”. Os dados mostram que existe uma associação fraca (Cramer’s $V=0,224$) estatisticamente significativa ($p=0,021$). Observa-se que, na categoria “mãe trabalha”, os percentuais quase não apresentam diferenças nas três categorias da variável “pai trabalha”. Se a mãe não trabalha, ocorre a maior frequência na categoria “pai trabalha”, 47,8%. Na categoria “mãe ausente”, a maior concentração percentual ocorre também na categoria “pai ausente”. No caso em que os dois trabalham, o percentual é de apenas 50,7%. Quando o pai trabalha, e a mãe não, desce para 47,8%. Os casos em que o pai não trabalha e a mãe “sim” são 53,3%, e, em 33,3% ambos não trabalham.

Há três aspectos a se sinalizar na análise: quando o pai trabalha, a renda é insuficiente; quando ele não trabalha ou a mãe está sozinha ou quando ambos não trabalham, a criança ou adolescente é chamado a contribuir ou responsabilizar-se sozinho pela manutenção da família.

Há um outro fator de análise relevante. O número de crianças e adolescentes que não moram ou desconhecem os pais é maior do que o das mães, corroborando pesquisas anteriores que apresentam como uma das causas do trabalho infantil a família monoparental feminina, em que a mãe chefia e é a responsável sozinha pela manutenção dos filhos. Vale ressaltar que, no caso das crianças e adolescentes trabalhadores e trabalhadoras domésticas, 27% dos pais estão ausentes (não conhecem ou não moram com eles). O que também provoca a entrada precoce dos filhos no trabalho para contribuir ou até responsabilizar-se pela família. Estes dados confirmam os de Lopes & Gottschalk (1990), de que, nas famílias chefiadas por mulheres, as taxas de inserção dos filhos menores de 17 anos no mercado de trabalho são mais altas do que em qualquer outra estrutura.

Ramos de atividades dos pais

Dentre aqueles que afirmaram que o pai trabalha, os ramos de atividades nos quais trabalham são 84,1% no setor serviço, 10,1% no setor agrícola, 4,3% na indústria e 1,4% no comércio. As atividades de trabalho que os pais desempenham são: pedreiro, vigia, porteiro, caseiro, mecânico, capinador, auxiliar de manutenção, fazedor de ração, almoxarife, tirador de coco, vendedor, zelador, motorista, músico, taxista, pastor, garçom, corretor imobiliário, pescador, médico, autônomo, cobrador, auxiliar de enfermagem, pintor, agente de saúde, biscateiro, projetista, transportador de animais e corretor imobiliário.



Tabela 20: Ramos de atividades dos pais

Setor	<i>n</i>	%
Agricultura	7	10,1
Serviços	58	84,1
Comércio	1	1,4
Indústria	3	4,3
Total	69	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Ramos de atividades das mães

Dentre os que afirmaram que a mãe trabalha fora, 78% estão no setor serviços e 16% no setor comércio e 5,1% na agricultura.

As mães desempenham várias atividades de trabalho, destacando-se o trabalho doméstico. Do total, 56% são trabalhadoras domésticas nas ocupações de: doméstica remunerada (17-28,8%), diarista (5-8,5%), lavadeira (5-8,5%), cozinheira (4-6,8%), camareira (1-1,7%), babá (2-3,4%). Além dessas, também trabalham como vendedora informal, agricultora, manicure, secretária, agente de saúde, costureira, comerciante, atendente comercial, auxiliar de cozinha, professora, monitora pedagógica e inspetora de colégio. Percebe-se certa semelhança com a atividade das mães com um maior número de meninas do que de meninos trabalhadores domésticos. É possível inferir que haja mais influência sobre as meninas. No diagnóstico sobre o setor informal urbano de rua em Guarabira, encontrou-se que as atividades que os meninos e meninas desenvolvem são semelhantes às atividades dos pais.

Tabela 21: Ramos de atividades das mães

Setor	<i>n</i>	%
Agricultura	3	5,1
Serviços	46	78,0
Comércio	10	16,9
Total	59	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Estes dados corroboram dados de Cervini & Burger (1991, p. 33):

(...) a probabilidade que existe dos filhos se integrarem a PEA não varia muito em relação aos ramos de atividade (indústria, comércio, serviços, etc) em que se encontram seus pais. As taxas de atividades das crianças e adolescentes são bastante similares em todos os setores, sendo que os da prestação de serviços e os da construção civil apresentam níveis mais elevados.

Também estão de acordo com os dados da PNAD 2003, segundo a qual a Paraíba tem uma população de aproximadamente 10.604 crianças e adolescentes, com idade entre 5 a 17 anos, desempenhando atividades inadequadas e perigosas a sua condição física. Geralmente são originárias da zona rural e pequenas cidades do interior do estado, filhos de famílias numerosas e cujas mães já exercem a profissão de domésticas.

Neste diagnóstico, embora não se investigue o nível de escolaridade dos pais, encontrou-se, nos ramos de atividades dos pais, referências a profissões que exigem certo grau de escolaridade como médico, auxiliar de enfermagem, projetista. Todavia as atividades desempenhadas por mais de 60% dos pais são de baixa exigência de escolaridade. Há ainda 16,5% que conhece o pai, mas não moram com ele e 2,6% que não conhecem.

Renda familiar

A família tem uma renda mensal que varia de menos de 1/2 salário mínimo² até 4 salários mínimos. A moda foi de R\$ 200,00. Predomina de 1/2 até 1 salário mínimo com 36,5% dos casos, de 1 a 2 salários mínimos com 35,3% e de 2 a 4 salários mínimos com 28,2%. Mas, como se trata da renda familiar e é perguntado “quanto dá a soma dos ganhos de todos os que trabalham na casa”, 21,7% não souberam informar ou não responderam.

Tabela 22: Renda mensal familiar

Renda	<i>n</i>	%
Até 1 SM	31	36,5
Mais de 1 a 2 SM	30	26,1
Mais de 2 a 4 SM	24	28,2
Total	85	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

² O salário mínimo na época da pesquisa, 2004, era de R\$ 260,00.

Dados da PNAD 2001 revelam que, em renda familiar de até ½ SM, o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando é de 18,9%, um pouco maior do que aqueles cuja renda familiar varia de mais de ½ até 10 salários mínimos, 12,2% a 13,7% e que decai para 7,5% quando a família ganha mais de 10 salários mínimos. Os dados aqui encontrados apresentam um percentual maior de famílias cuja renda está no limite ou abaixo da linha de pobreza, o que só vem confirmar que, embora as condições financeiras não sejam a única causa do trabalho infantil, têm um peso significativo.

Os dados aqui encontrados confirmam outros que dão conta de que as crianças e adolescentes trabalhadores e trabalhadoras em serviços domésticos para terceiros são de famílias extremamente pobres. Em Recife, Tavares encontra que 46,5% dessas famílias vivem com uma renda global de menos de 2,5 salários mínimos.

A renda baixa é um indicador da baixa escolaridade dos pais e da falta de uma profissão qualificada. Os pais geralmente trabalham como empregados autônomos não-especializados e muitas mães trabalham em serviços domésticos e de limpeza. (Tavares, 2002, p. 40).

Procurou-se verificar se havia relação entre a modalidade de TID e a renda mensal familiar. A correlação não foi significativa, mas é possível compreender que, de um modo geral, as três modalidades de TID são ligeiramente preponderantes nas faixas de renda de menos de um salário mínimo, até dois salários mínimos. O “TID remunerado” predomina na faixa de 1 a 2 SM. Pode-se levantar como hipótese que o fato de o menino ou menina trabalhar em troca de um salário aumente a renda da família, já que as outras duas modalidades predominam na faixa de até 1 SM. Todavia não se pode afirmar isto visto que o instrumento não tinha tal objetivo. Um aspecto digno de nota é o fato de que, no caso do “TID socialização”, a diferença entre as três faixas de renda verificadas são estatisticamente pequenas, o que pode revelar o caráter cultural que o TID assume principalmente nas famílias que compõem as faixas de renda mais baixas.

Tabela 23: Modalidade TID em função da renda mensal familiar

Modalidade TID	Renda Mensal Familiar						Total	
	Até 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 a 4 SM			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Recebe remuneração	7	24,1	15	51,7	7	24,1	29	100,0
Ajuda (exploratório)	7	53,8	3	23,1	3	23,1	13	100,0
Socialização	17	39,5	12	27,9	14	32,6	43	100,0
Total	31	36,5	30	35,3	24	28,2	85	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Renda familiar e número de pessoas por domicílio

A relação entre renda familiar e o número de membros na família não foi estatisticamente significativa ($p>0,05$). Procedeu-se a um cruzamento para se verificar se havia concentração nas famílias que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Os dados revelaram que a média de 4 a 5 pessoas ocorre em 54,9% dos casos. Nas famílias que recebem até 1 SM, predomina o número de 4 a 5 pessoas. Nas famílias que recebem entre 1 e 2 SM, predomina o número de 6 a 8 pessoas. Nas famílias de 2 a 4 SM, predomina as famílias com 4 a 5 membros.

Tabela 24: Renda mensal familiar em função do número de pessoas por domicílio

Renda	Números de pessoas no domicílio						Total	
	2 a 3		4 a 5		6 a 8			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 1 SM	5	16,7	20	66,7	5	16,7	30	100,0
Mais de 1 a 2 SM	5	17,9	8	28,6	15	53,6	28	100,0
Mais de 2 a 4 SM	1	4,2	17	70,8	6	25,0	24	100,0
Total	11	13,4	45	54,9	26	31,7	82	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004





4. Atividades

Segundo PNAD 2003, na Paraíba, do total de 129.571 trabalhadores infantis, 25% eram trabalhadores domésticos. São crianças e adolescentes que desempenham várias tarefas.

A descrição das atividades desempenhadas tinha o objetivo de possibilitar a visualização da situação de trabalho e, ao mesmo tempo, uma análise do conjunto de exigências físicas e psíquicas que as atividades no Trabalho Infantil Doméstico demandam. Os dados, conforme tabela 25 permitem vislumbrar que os meninos e as meninas desempenham, por ordem de aparecimento, as seguintes tarefas:

Tabela 25: Atividades desempenhadas

Atividades	<i>n</i>	%
Varrer a casa	107	93,0
Lavar louça	100	87,0
Colocar lixo fora	96	83,5
Fazer mandados	90	78,3
Lavar banheiro	90	78,3
Acondicionar lixo	86	74,8
Passar pano no chão	76	66,1
Limpar geladeira	70	60,9
Lavar roupa	55	47,8
Brincar com criança	50	43,5
Cozinhar	44	38,3
Passar roupa	44	38,3
Cuidar, sozinha, de criança	41	35,7
Ensinar tarefas escolares	39	33,9
Encerar piso	38	33,0
Cuidar de cachorro	32	27,8
Cuidar de jardim	29	25,2
Levar criança à escola	23	20,0
Cuidar de idoso	10	8,7

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Embora não se tenha feito a análise da atividade de trabalho, os dados possibilitam a compreensão do quão heterogêneo e multivariado é o Trabalho Infantil Doméstico. O conjunto de atividades permite vislumbrar o processo de trabalho a ele inerente. A diversidade de tarefas e o número diferenciado de participantes permitem analisar que nem todos os trabalhadores precoces participam de todas as tarefas, mas, no caso do “TID remunerado” e do “TID ajuda”, a criança e o adolescente, na maioria das vezes, assumem um conjunto ou a totalidade das atividades. Percebe-se que se sobressaem as tarefas de cuidar da casa e cuidar de crianças, o que corrobora achados de Tavares (2002) em pesquisa com trabalhadoras infantis domésticas em Recife. Ele faz referências que 28,5% exercem as tarefas de faxinar, lavar, passar, arrumar; e 42%, cuidar de criança.

O “TID ajuda”, na maioria das vezes, compreende as tarefas de cuidar da criança. Essa tarefa, por sua vez, compreende um conjunto de tarefas como banho, alimentação e brincar com a criança. O aspecto significativo a ressaltar, quanto ao “TID ajuda”, aparece com uma característica dúbia entre receber remuneração e trabalhar para a família; trabalhar no próprio lar ou em casa de terceiros. A análise dos dados permite inferir que esse paradoxo enuncia a invisibilidade da atividade, porque é nessa modalidade que se usa o discurso do não trabalho como forma de descaracterizá-lo como tal, porque ele esconde uma relação de trabalho. Mas, essencialmente, ele emerge nas comunidades que demandam de modo mais contundente políticas públicas, equipamentos institucionais. Usa-se essa mão-de-obra, principalmente, a partir da carência, por exemplo, de creches, o que faz com que as mulheres de uma comunidade, na maioria das vezes, também extremamente carentes, adotem como estratégia deixar seus filhos sob o cuidado de adolescentes da comunidade, filhas das vizinhas.

Esta é mais uma atividade que, dentro da economia brasileira, precarizada, possibilita a exploração do trabalho precoce e que monta, dentro deste contexto, uma **economia da pobreza**, que se organiza e se estrutura dentro de um universo de pobreza em que vivem tanto os trabalhadores formais, que necessitam desse serviço, como crianças e adolescentes que dele sobrevivem e mantêm suas famílias.

É possível compreender que parte das tarefas demanda exigências físicas e psíquicas que, desempenhadas por crianças a partir dos 7 anos de idade, podem ser nocivas para o seu desenvolvimento. As atividades de “lavar roupa”, “passar pano no chão”, “cuidar de criança”, “cuidar de idoso” são tarefas que requerem movimentos repetitivos e levantamento de pesos. Além disso, essas tarefas expõem aos esforços físicos, às posturas inadequadas ou incômodas, como, por exemplo, coluna curvada ou o peso do corpo sobre as pernas dobradas ou de cócoras. São exigências físicas que podem causar sérios danos à saúde desses sujeitos, em processo de desenvolvimento, por um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho.

Um aspecto significativo a se ressaltar, na relação entre as atividades e as contraindicações, refere-se à relação público e privado, individualidade e cidadania, trabalho doméstico e serviço doméstico, espaço familiar e profissional, visibilidade e gênero. As nuances dessas relações são de tal significância que o aspecto mais ressaltado no trabalho infantil doméstico tem sido a humilhação que reiteradamente afirmam ser vítimas. A humilhação, embora não tenha sido investigada de modo mais pormenorizado, neste documento, é citada como um risco psicológico por 26,7% dos sujeitos.

Segundo Fraisse (2003, p. 179), em uma discussão a cerca de domesticidade, empregos de serviço e democracia, apesar da normalização contemporânea da categoria serviço, o trabalho doméstico ainda pode (...) *designar uma situação de escravidão, no caso da jovem que trabalha em troca de moradia ou alimentação.*

A situação de humilhação é retratada como aquela que expõe a uma condição de inferioridade diante do outro, desse outro que os rechaça, que os despreza, que os diminui, que os desdenha. A humilhação imposta pelo trabalho precoce ataca a dignidade de meninos e meninas e gera um sentimento de vergonha.

O que procuram nesse outro é o reconhecimento de que são trabalhadores, um reconhecimento que lhes aliviaria o sofrimento (Dejours *et alii.*, 1994). Os meninos e meninas que têm vergonha das suas condições de vida no trabalho o fazem porque, para ambos, o trabalho que desempenham é não-qualificado, sem finalidade, sem importância. Segundo Dejours (1987, p. 49), (...) *é do contato forçado com uma tarefa desinteressante que nasce uma imagem de indignidade. A falta de significação, a frustração narcísica, pálida, feia, miserável.*

Esse aspecto ainda é mais significativo quando se considera que são crianças e adolescentes em processo de desenvolvimento para quem um conjunto de leis e convenções procura assegurar direitos. Há que se fazer referência à Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à Convenção sobre os Direitos da Criança e às Convenções 138 e 182 da OIT, que visam assegurar os direitos desses sujeitos em processo de desenvolvimento. Os dados desse diagnóstico sobre as piores formas do trabalho infantil revelam, no seu conjunto, a violação desses direitos.

Atividades desempenhadas e gênero

As crianças e adolescentes do sexo feminino estão nas três modalidades. Todavia há uma pequena diferença de gênero. As meninas concentram-se mais na modalidade “TID remunerado”, 43,4% do total, enquanto os meninos concentram-se majoritariamente, 87,2%, no “TID socialização”. Os dados revelam que a questão de gênero é um elemento relevante de análise do trabalho infantil, de modo que as atividades de TID remuneradas são desempenhadas por meninas, enquanto meninos estão nas atividades de socialização, naquele que concebe a participação infantil no conjunto da família.

Tabela 26: Sexo em função da modalidade TID

	Modalidade TID						Total	
	Recebe remuneração		Ajuda (exploratório)		Socialização			
Sexo	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	33	43,4	14	18,4	29	38,2	76	100,0
Masculino	1	2,6	4	10,3	34	87,2	39	100,0
Total	34	29,6	18	15,7	63	54,8	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Procedeu-se a um cruzamento entre sexo e atividade e verificou-se que existe uma associação moderada entre as duas variáveis (Cramer's $V = 0,484$). As mulheres estão mais nas atividades que pagam remuneração (43,4%) e na atividade ajuda (18,4%), enquanto os homens (2,6%) estão na categoria socialização. Os homens predominam na categoria socialização, em que possuem uma diferença percentual de 49% em relação ao sexo oposto.

Gênero e atividades

Em decorrência do predomínio dos meninos no "TID socialização", fizeram-se correlações entre as atividades desempenhadas e o sexo no sentido de se compreender a relação de gênero que há na atividade doméstica. Os dados revelaram os seguintes aspectos:

Sexo e Passar pano no chão

A correlação entre o sexo e a tarefa de passar o pano no chão mostrou que há uma associação moderada ($\phi = 0,457$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$), de modo que 81,6% são desempenhadas pelas meninas e 35,9% por meninos. Logo, neste diagnóstico, caracterizar-se-ia como uma tarefa de menina.

Sexo e Cozinhar

A análise mostra que existe uma associação moderada ($\phi = 0,451$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$), entre sexo e cozinhar. As meninas são 53,9% e apenas 7,7% são meninos.

Sexo e Lavar roupa

A correlação entre sexo e a tarefa de lavar roupa mostrou que há relação significativa. Observa-se uma associação fraca ($\phi = 0,208$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$), 55,3% são meninas e 33,3% são meninos.

Sexo e Passar roupa

A correlação entre sexo e a tarefa de passar roupa mostrou que há relação significativa, embora a análise mostre que foi encontrada uma associação fraca ($\Phi = 0,262$). O maior percentual dos que responderam que passam roupa (47,4%) está na categoria das meninas e apenas 20,5% na dos meninos.

Sexo e Limpar geladeira

A análise da relação entre sexo e limpar a geladeira mostra que há uma associação fraca ($\phi = 0,291$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$). Caracteriza-se como uma tarefa mais desempenhada por meninas (71,1%) do que por meninos (41%).

Sexo e Encerar piso

A correlação entre sexo e a tarefa de encerar o piso mostrou que há relação significativa. Observa-se uma associação fraca ($\phi = 0,191$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$). O que a caracterizaria como uma atividade feminina.

Sexo e Cuidar de cachorro

A correlação entre o sexo e a tarefa de cuidar de cachorro mostrou que há relação significativa. Observa-se uma associação fraca ($\phi=0,252$), estatisticamente significativa ($p<0,05$). Existe uma diferença favorável aos meninos de 23,9% entre os que responderam que executam esta atividade de cuidar de cachorro.

Sexo e Fazer mandados¹

A correlação entre o sexo e a tarefa de fazer mandados mostrou que há uma associação fraca ($\phi=0,199$), estatisticamente significativa ($p<0,05$). Mais meninos (89,7%) do que meninas (73,4%) desempenham-na. O que a caracterizaria como uma atividade masculina.

O que mais gostam no trabalho

Ao se indagar o que mais gostam nesta atividade, as crianças e adolescentes responderam uma lista de tarefas tais como: lavar louça 19,1%; varrer a casa, 19,1%; arrumar a casa, 11,3%, etc. Todavia, para que emergissem dados significativos em termos de análise do trabalho precoce nesta atividade, realizou-se um *recode* que possibilitou a compreensão de que as atividades se classificam como: “cuidar da casa” (64,3%), “cuidar de crianças” (16,5%), “cuidar do vestuário” (5,2%), “cuidar de animais” (2,6%) e “cozinhar” (1,7%).

Motivos de gostarem

As respostas a pergunta por que gostam dessas atividades são referentes à avaliação que fazem da atividade em termos de ser menos desgastante fisicamente (18,2%), do prazer que a atividade proporciona para eles (18,2%), da atividade espaço de lazer (15,5%) e do afeto que têm por crianças (12,7%).

Tabela 27: Motivos de gostarem

Motivos	<i>n</i>	%
Menor esforço	20	18,2
Funciona como prazer	17	15,5
Prazer com atividade	20	18,2
Gosto pelas crianças	14	12,7
Praticidade	8	7,3
Cultura do trabalho	8	7,3
Outros	23	20,9
Total	110	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

1 Executar tarefas externas a residência (compras, recados, passeios, etc).

Segundo Moreira & Stengel (2003), o afeto por crianças também pode ser compreendido no sentido do que ele propicia às meninas inseridas precocemente no TID: a possibilidade de experimentar aspectos pertinentes a infância, como o brincar com as crianças que as babás precoces cuidam, o que na maioria das vezes essas meninas não vivenciaram.

Ao se tentar compreender o significado dessas categorias, ou, mais especificamente, por que os sujeitos as concebem como menos desgastante, quando se verifica que há vários riscos e há informações que dão conta de uma atividade que demanda exigências físicas e psíquicas, o sentido de menos esforço advém do predomínio da socialização em que a família pode repetir um discurso que naturaliza a participação da criança e do adolescente nas tarefas.

A explicação para gostarem pelo fato de dar prazer ou propiciar lazer, leva a se inferir acerca das condições de vida, do não acesso ao lazer, de algumas tarefas reproduzirem algumas brincadeiras infantis, como o brincar de casinha e de boneca.

O que menos gostam

Ao apontarem do que menos gostam, descreveram uma lista de atividades cuja diversidade não se apresentou significativa. Diante disso, procedeu-se a uma categorização semântica dos dados através de um *recode*, que é um recurso do programa, *spss*, utilizado para o tratamento dos dados. Essa nova organização revelou que o que menos gostam no trabalho é: “cuidar da casa” (70,8%), conforme mostra a tabela 28 a seguir:

Tabela 28: O que menos gostam no trabalho

Menos gostam	<i>n</i>	%
Cozinhar	8	7,1
Cuidar da casa	80	70,8
Cuidar de criança	3	2,7
Cuidar do vestuário	9	8,0
Cuidar de animais	3	2,7
Outros	10	8,8
Total	32	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Motivos de não gostarem

Percebe-se que há um paradoxo quando referem-se ao gostar e ao não gostar. Quando indagados sobre o **que gostam** e o **que não gostam**, listaram as mesmas tarefas (como por exemplo, “cuidar da casa”). Entretanto, quando explicam porque **não gostam**, listaram uma série de tarefas, reveladoras dos aspectos negativos do trabalho. As categorias semânticas emergem das etnocategorias, sofrimento físico e psíquico, esforço físico, risco, vergonha, não ter tempo para brincar, discriminação, ritmo intenso. Estatisticamente não eram significativos. Para tal procedeu-se a um *recode*, resultando nas seguintes categorias: “sofrimento”, 42,7%; “dificuldade da atividade”, 31,1% e “desagrado com a atividade”, 25,2%.

Tabela 29: Motivos de não gostarem

Motivos	<i>n</i>	%
Sofrimento	44	42,7
Dificuldades da atividade	32	31,1
Desagrado com a atividade	26	25,2
Preguiça	1	1,0
Total	103	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Este tipo de resposta negativa provoca o seguinte questionamento: a) por que, quando se pergunta “o de que gosta” e “por que gosta”, enumeram tarefas e aspectos prazerosos, mas, quando se pergunta o “que não gostam” e o “por que não gostam”, respondem as mesmas tarefas do gostar, e apontam sofrimento, dificuldades e desgostos? O aparente paradoxo pode ser compreendido a partir do fato de que as mesmas atividades podem ser objeto de prazer ou de sofrimento, dependendo da história pessoal dos sujeitos e das condições de trabalho. Assim, também, pode se explicar pelo fato de que ocupam um espaço vazio, que não tem como ser preenchido com outra forma de lazer, mesmo que essa tarefa seja desgastante e provoque sofrimento físico ou psíquico. Mais uma vez os dados indicam que essa atividade de trabalho se articula com outros aspectos da vida em comunidade, dentro de um contexto cultural que se organiza ou se estrutura tentando responder a determinadas carências, dentre elas a falta de políticas sociais voltadas para a assistência e a inserção social de crianças e adolescentes, o que faz emergir, por sua vez, uma cultura de naturalização do trabalho infantil e que dá continuidade à concepção histórica que se formou no Brasil em termos do atendimento dispensado as crianças e adolescentes das classes populares.

Neste sentido, compartilhamos da ideia de Pillotti (1995, p. 25-28), o qual afirma: *(...) a análise da posição ocupada pela infância na estrutura social requer o desenvolvimento de categorias analíticas específicas.* Partindo desta visão, ele diferencia a categoria criança da categoria infância. A primeira se refere à dinâmica do desenvolvimento individual, particularizado, que eventualmente chegará à condição de adulto. A segunda localiza-se *(...) na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura permanente, embora se caracterize pelo fato de que os atores que a integram o fazem transitoriamente num processo de permanente substituição.*

Logo, pelos dados aqui analisados, é possível compreender que para essas crianças a infância é vivida sob outro prisma. Não vivenciam a infância concebida como o tempo do ócio e do estudo. Assim como, também os (as) adolescentes não vivenciam a latência social, mas sim um período de inserção produtiva.

O TID e outros trabalhos

As crianças e adolescentes trabalhadores nas atividades domésticas foram questionados se além, dessa atividade, desempenhavam alguma outra. 15,7% responderam que sim, 84,3% respondeu que não. As outras atividades que desempenham são ligadas ao comércio: ajudante de comércio (27,3%) e vendedor informal (27,3%).

Para quem trabalham

Os dados revelaram que 69,6% trabalham para a família, o que vem confirmar o “TID socialização” e o “TID ajuda”. Todavia 30,4% dos meninos e meninas trabalham para terceiros.

Tabela 30: Relação de trabalho

Para quem trabalha	<i>n</i>	%
Para sua família	80	69,6
Para terceiros	35	30,4
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

É significativo trabalhar para um patrão, quando o trabalho infantil é proibido até 16 anos, e apenas 19% têm acima de 16 anos. Logo há “TID remunerado” na faixa etária proibida por lei, o que é revelador da exploração a que estão submetidos e da violação dos direitos da criança e do adolescente. A violação refere-se à idade, antes do permitido, e à inexistência de garantias trabalhistas, no caso daqueles que trabalham para um patrão. O sub-item abaixo, “relação de trabalho X tipo de ganho”, mostrará que o trabalho para um patrão é feito muitas vezes em troca de pagamentos efetuados através de outros gêneros que não dinheiro. Cerca de 70,6% revelam que recebem dinheiro, enquanto pelo menos 29,4% recebem dinheiro mais outros gêneros, o que não dá para especificar se os presentes e as roupas são mais do que o salário ou se são complementos. Como há dinheiro mais comida, leva-se a inferir que esses adolescentes estão trabalhando também por comida. Todavia esse dado é complexo, porque, quando se perguntou aos meninos e meninas quanto recebiam, 75,7% do total (mesmo quem era “TID socialização”) fizeram referência a um percentual per capita.

Tabela 31: Renda semanal

Renda (reais)	<i>n</i>	%
Entre 1 e 20	11	31,4
Entre 21 e 40	17	48,6
Entre 41 e 100	7	20,0
Total	35	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Entretanto, quando se analisa apenas o grupo dos que se identificaram como “TID remunerado”, verifica-se que recebem entre 1 e 100 reais semanalmente, que a maior porcentagem encontra-se entre os que recebem entre 21 e 40 reais (48,6%), o que significa exploração e violação de direitos trabalhistas para os (as) adolescentes dentro da idade permitida.

Segundo os dados da PNAD 2001, do total de crianças no Nordeste, na faixa de 5 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, 45,2% eram empregados ou trabalhadores domésticos, 6,2% eram trabalhadores por conta-própria ou empregadores, 41,2% eram trabalhadores não-remunerados e 7,4% eram trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

A PNAD 2001 (OIT, 2003), nos dados referentes a essa mesma faixa etária na Paraíba, revelou que o trabalho infantil apresentava a seguinte característica por condição de remuneração no trabalho principal: 13,8% desenvolviam suas atividades com remuneração e 17,3% sem remuneração.

Jornadas de trabalho

As crianças e adolescentes identificados neste documento foram indagados sobre quantas horas trabalhavam por dia. 64% responderam de 1 a 4 horas, 18,4% de 9 a 13 horas e 14,9% de 5 a 8 horas.

Tabela 32: Número de horas trabalhadas por dia

Horas	<i>n</i>	%
30 minutos	3	2,6
1 a 4	73	64,0
5 a 8	17	14,9
9 a 13	21	18,4
Total	114	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

No que se refere às horas trabalhadas por dia, é necessário fazer uma distinção, isto porque quem trabalha na modalidade “TID remunerado” tem uma jornada diferente de quem trabalha no “TID socialização”, conforme tabela 33.

Tabela 33: Modalidade TID em função de horas trabalhadas por dia

Modalidade	Números de horas								Total	
	30 minutos		1 a 4		5 a 8		9 a 13			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Recebe remuneração	-	-	5	14,7	10	29,4	19	55,9	34	100,0
Ajuda (exploratório)	-	-	14	77,8	3	16,7	1	5,6	18	100,0
Socialização	3	4,8	54	87,1	4	6,5	1	1,6	62	100,0
Total	3	2,6	73	64,0	17	14,9	21	18,4	114	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Os dados revelaram que quem desempenha a modalidade “TID remunerado” tem uma carga horária maior, 55,9% trabalham de 9 a 13 horas e 29,4% trabalham de 5 a 8 horas; na modalidade “TID ajuda”, a jornada diária é de 1 a 4 horas para 77,8%, e na modalidade “TID socialização”, 87,1% têm uma jornada de 1 a 4 horas.

Tabela 34: Faixas etárias em função de números de horas trabalhadas por dia

Números de horas								
Faixas	Até 4		5 a 8		9 a 13		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
7 a 14	62	79,9	7	10,1	-	-	69	100,0
15 a 16	11	47,8	5	21,7	7	30,4	23	100,0
17 a 18	3	13,6	5	22,7	14	63,6	22	100,0
Total	76	66,7	17	14,9	21	18,4	114	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Existe uma correlação forte ($g=0,866$), estatisticamente significativa $p=0,0005$, entre as duas variáveis analisadas na tabela 34. Quanto maior a faixa etária do pesquisado, maior o número de horas trabalhadas por dia. Dentre os que trabalham de 9 a 13 horas, 63,6% estão entre 17 e 18 anos de idade. Entre os que trabalham até 4 horas, 89,9% estão na faixa etária de 7 a 14.

Para a maioria das idades, o número de horas trabalhadas por dia é de 1 a 4 horas. Nessa jornada, a faixa de 7 a 14 anos detém a maior concentração. Todavia, é nessa faixa etária que se concentra a modalidade “TID socialização”. Ao se analisar o grupo que está na categoria “TID remunerado” e cuja maioria está na faixa de 15 a 18 anos, percebe-se uma elevação da jornada para 9 a 13 horas. O que revela que a socialização pareceria cumprir, para a maioria, o papel de formação, de aprendizagem, preparando para o exercício profissional da criança e do adolescente nesta atividade, se esta realmente for monitorada por um adulto e a responsabilidade do TID não substituir a deste, hipótese que pode ser questionada com a análise da tabela 35.

Faixas etárias X dias trabalhados por semana X horas trabalhadas por dia

Ao se verificar que a modalidade que tem maior carga horária é o “TID remunerado” e que, nessa modalidade, estão os adolescentes com mais idade e que 53% trabalham de 6 a 7 dias por semana, procedeu-se a uma correlação entre essas três variáveis, conforme mostra tabela 35.

Tabela 35: Faixas etárias em função dos dias trabalhados por semana e das horas trabalhadas por dia

Número de horas trabalhadas por dia				Dias trabalhados por semana				Total
				1 a 3 dias	4 a 5 dias	6 dias	7 dias	
30 minutos	Faixas etárias	Entre 7 e 14 anos	<i>n</i>	1			2	3
			%	33,30%			66,7%	100,0%
	Total		<i>n</i>	1			2	
			%	33,30%			66,7%	
Entre 1 e 4 horas	Faixas etárias	Entre 7 e 14 anos	<i>n</i>	22	21	5	11	
			%	37,30%	35,6%	8,5%	18,6%	
		Entre 15 e 16 anos	<i>n</i>	1	1	2	7	
	%		9,1%	9,1%	18,2%	63,6%		
		Entre 17 e 18 anos	<i>n</i>				3	
	%					100,0%		
	Total		<i>n</i>	23	22	7	21	
			%	31,5%	30,1%	9,6%	28,8%	
Entre 5 e 8 horas	Faixas etárias	Entre 7 e 14 anos	<i>n</i>		2	2	3	
			%		28,6%	28,6%	42,9%	
		Entre 15 e 16 anos	<i>n</i>	1	1	1	2	
	%		20,0%	20,0%	20,0%	40,0%		
		Entre 17 e 18 anos	<i>n</i>	1		3	1	
	%		20,0%		60,0%	20,0%		
	Total		<i>n</i>	2	3	6	6	
			%	11,8%	17,6%	35,3%	35,3%	
Entre 9 e 13 horas	Faixas etárias	Entre 15 e 16 anos	<i>n</i>			4	3	
			%			57,1%	42,9%	
		Entre 17 e 18 anos	<i>n</i>	1	1	9	3	
	%		7,1%	20,0%	64,3%	21,4%		
	Total		<i>n</i>	1	1	13	6	
			%	4,8%	4,8%	61,9%	28,6%	

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

O resultado foi significativo ($p < 0,05$), apresentando uma correlação substancial ($r = 0,778$) apenas na categoria “entre 1 a 4 horas trabalhadas por dia” para a relação “faixas etárias” versus “dias trabalhados por semana” quando controlada pela variável “número de horas trabalhadas por dia”.

Embora a correlação tenha sido significativa apenas para a categoria entre 1 e 4 horas, mais de 42%, entre 7 e 14 anos, trabalham 7 dias por semana com uma jornada diária de 5 a 8 horas, e 40%, entre 15 e 16 anos, trabalham 7 dias por semana com uma jornada diária de 5 a 8 horas. Há diversos elementos de análise nestes dados. Primeiro, a maioria das crianças e adolescentes, na faixa de 7 a 14 anos, está na modalidade “TID socialização”. Portanto, é uma jornada diária e semanal excessiva. Esses dados aproximam-se de outras pesquisas que dão conta de que 27% trabalham mais de 50 horas semanais (Tavares, 2002) e da PNAD 2003 cuja jornada de 40 horas semanais na Paraíba, para as pessoas de 5 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, é de 12,6%. Há ainda que se ressaltar que uma jornada diária e semanal elevada compromete o processo de escolarização. A idade mínima não é respeitada, quando a idade é respeitada a idade da escolaridade obrigatória não o é, e a jornada de trabalho também excede as estabelecidas pelos princípios legais. Além do que há sujeitos na faixa etária para quem é permitido o trabalho que não têm carteira de trabalho assinada.



5. Atividades além do trabalho

O objetivo deste item era verificar o quanto de penetração o trabalho tem na vida de uma criança, que deveria ter como ocupação os estudos e as brincadeiras. Os dados revelaram que se destacaram as atividades de estudar (62,6%) e brincar (34,8%). No que diz respeito as atividades de lazer, apareceram: assistir TV, passear, namorar, jogar futebol, escutar música e conversar. Sendo que apenas assistir TV tem uma representação significativa, 22,6%, enquanto as demais têm menos de 3% cada uma. Apareceram ainda as atividades de dormir e descansar como alternativas ao trabalho.

Os dados sobre brincar são relevantes, pois apenas 34,8% afirmaram fazê-lo contra 65,2% que dizem não brincar. A análise desses números pode levar a inferências de que não brincam porque são adolescentes. Todavia há pelo menos 44,3% dos sujeitos que têm até 12 anos. Certamente esta não é apenas a única possibilidade de análise, uma vez que o tipo de brincadeira pode variar de uma faixa para outra, mas o adolescente e o jovem praticam algumas brincadeiras. Neste sentido, como as atividades de lazer a que fizeram referências não são estatisticamente expressivas, infere-se que as crianças e adolescentes trabalhadores domésticos, em quaisquer das modalidades, não desempenham atividades de lazer.

O brincar desempenha importante papel no desenvolvimento da criança, tanto no aspecto afetivo, como no cognitivo. Portanto, não brincar expõe a situação de vulnerabilidade psicossocial, tais como decodificação do pensamento, embotamento afetivo e formação acrítica.

Psicanalistas (Winnicott, 1975) e cognitivistas (Vygotsky, 1989) explicam, de forma diferente, o motivo de a criança brincar. Para os psicanalistas, a brincadeira propicia uma organização para as crianças iniciarem relações de contatos sociais. O brincar oportuniza a comunicação entre o mundo consciente e o inconsciente da criança, ajuda a elaborar a representação do mundo, servindo de elo entre a realidade interior e a realidade exterior. Para os cognitivistas, o brincar preenche as necessidades da criança para o seu desenvolvimento, possibilita a aquisição dos pré-requisitos para a construção das estruturas operacionais, do pensamento lógico, de autonomia moral e da linguagem socializada.

Trabalha em outra atividade e brinca

Indagados se desempenhavam outra atividade de trabalho, o que poderia significar outra jornada de trabalho que impediria mais ainda o acesso às brincadeiras, consideradas imprescindíveis ao desenvolvimento infanto-juvenil, 15,7% afirmaram que sim e 84,3% afirmaram que não. Procedeu-se a um cruzamento entre as variáveis “outro trabalho atualmente” e “brincar”. O resultado não foi estatisticamente significativo ($p > 0,05$). Entretanto, caso se observe com cuidado a tabela 36, verifica-se que, entre aqueles que realizam outro trabalho, 33,3% brincam e 66,7% não brincam. Mas o número dos que brincam, entre os que não desempenham outra atividade de trabalho, é ligeiramente superior (65,5%). No entanto vale salientar que, entre aqueles que não desempenham outra atividade, há 64,9% que também não brincam.

Tabela 36: Faz outro trabalho atualmente em função de brincar

	Brinca				Total	
	Sim		Não			
Faz outro trabalho	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Sim	6	33,3	12	66,7	18	100,0
Não	34	35,1	63	64,9	97	100,0
Total	40	34,8	75	65,2	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004



6. Escolaridade

João Pessoa tinha, em 2000, uma população de 594.922 habitantes. Destes 129.425, encontravam-se na faixa etária de 7 a 17 anos, representando 21,7% da população. Em 2004, 118.027 encontravam-se matriculados no ensino fundamental. Sendo que 92.148 foram aprovados (78,07%), enquanto 16.042 foram reprovados.

No que diz respeito à escolaridade, como o diagnóstico foi feito na escola, todas as crianças e adolescentes trabalhadores domésticos em quaisquer modalidade encontravam-se estudando no momento da investigação. De modo que 84,3% cursavam o ensino fundamental, sendo 52,2% na 2ª fase e 32,2% na 1ª fase. Os 15,7% restantes encontravam-se divididos entre o ensino médio (9,6%) e o “acelera” (6,1%).

Tabela 37: Escolaridade

Escolaridade	<i>n</i>	%
Ens. Fundamental I	37	32,2
Ens. Fundamental II	60	52,2
Ensino Médio	11	9,6
Acelera	7	6,1
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Com relação à série, predominou a 6ª com 21,7%, seguida, respectivamente, da 4ª e da 8ª, ambas com 13%. Dentre os sujeitos que responderam à questão, 68,5% apresentam defasagem escolar e 31,5% não apresentam. Têm uma defasagem de 1 a 9 anos, predominando 1 ano de defasagem com 39,2%, seguido de 2 anos (17,6%), 3 anos (16,2%) e 4 anos (13,5%),

Tabela 38: Defasagem escolar

Defasagem	<i>n</i>	%
Apresenta defasagem	74	68,5
Sem defasagem	34	31,5
Total	108	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Segundo Rizzini *et al.* (1996), as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar. Cervini & Burger (1991) chegam a conclusões semelhantes, apenas diferenciando os percentuais para crianças e adolescentes. No caso das crianças, o índice de exclusão da escola é ligeiramente menor do que o dos adolescentes. Rizzini *et. al.* (*ibid.*, p. 86) acrescentam ainda: (...) *a defasagem escolar mantém também uma relação estreita com o trabalho, uma vez que as crianças e os adolescentes que trabalham progridem mais lentamente na escola.*

Como na atividade de Trabalho Infantil Doméstico os trabalhadores estão divididos em três modalidades (socialização, ajuda e remunerado) e, mesmo assim, apresentam 68,5% de defasagem, há que se inserir outras análises, como, por exemplo, a inexistência de equipamentos institucionais, a relação com a escola e o rendimento da família.

Um outro fator a se acrescentar é que o nível de escolaridade das crianças também se relaciona com o rendimento da família a que pertencem. De modo que o nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos aumenta na medida em que aumenta o rendimento da família (PNAD 2003). No caso em apreço, vale lembrar que 36,5% ganhavam até 1 SM, 35,3% de 1 a 2 SM, e 56% tinham de 4 a 5 pessoas. Logo são famílias numerosas, com poucos recursos.

Reprovação Escolar

Embora todas as crianças e adolescentes identificados estivessem estudando, mais da metade, 58%, foi reprovada, contra 42% que nunca foram reprovados. Dentre os que já foram reprovados, 56,3% já o foi pelo menos uma vez e 28,1%, duas vezes.

Entretanto, apesar de haver um número significativo que não foi reprovado, há casos de sujeitos que começaram a estudar tarde, ou que desistiram.

Motivo atribuído à reprovação

As causas apontadas para a reprovação foram: “dificuldade de relação com a estrutura escolar”, “doença”, “trabalho”, “falta de equipamentos institucionais”, “mudança de endereço”. Dentre elas destacaram-se as dificuldades de relação com a estrutura escolar (82,5%). Essas dificuldades dizem respeito a “dificuldade de aprendizagem”, “brincadeiras”, “bagunça”, e “desinteresse”.

Tabela 39: Motivos de serem reprovados

Motivos	<i>n</i>	%
Dificuldade de relação com a estrutura escolar	52	82,5
Doença	1	1,6
Trabalho	3	4,8
Falta de equipamentos institucionais	2	3,2
Mudança de endereço	5	7,9
Total	63	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Faz-se pertinente refletir sobre o papel social da escola e a caracterização das dificuldades na interação com ela, de modo a desinteressar essas crianças e adolescentes. Percebe-se, nas falas dos meninos e das meninas trabalhadores precoces, a atribuição a si da responsabilidade pelas reprovações. Não há, por exemplo, o estabelecimento de relação entre o trabalho e a reprovação. As reprovações também podem servir como indicadores da inabilidade da escola em lidar com os educandos trabalhadores precoces ou com dificuldades de acompanhar o processo de escolarização.

São crianças e adolescentes adultizados precocemente que não encontram, no modelo de escola a que têm acesso, o acolhimento de que necessitam para progredir nos estudos. Predomina uma inabilidade da escola para lidar com os comportamentos de meninos, que já são autônomos. É essa inabilidade da escola uma das causas das reprovações e da evasão escolar. O que justifica a defasagem escolar retendo número significativo de sujeitos no ensino fundamental. É também um fator explicativo para o analfabetismo juvenil que vem crescendo.

No que diz respeito às bagunças, Alberto (2002), ao estudar meninos trabalhadores em condição de rua, constatou que eles se utilizam de defesas, diante da iminência de falhar na escola. Alberto (2002) observou que as bagunças e as *arengas*¹ são defesas usadas para esconderem as dificuldades na escola, muitas das quais são conseqüências da precocidade no trabalho, como, por exemplo, as dificuldades decorrentes do cansaço e da inadequação do conteúdo e do método para as necessidades deles, o que leva a uma baixa auto-estima. Portanto as “bagunças” poderiam significar mecanismos de defesa, para evitar o sofrimento decorrente do sentimento de culpabilização e incapacidade.

Gênero e defasagem

Dentre os 68,5% que apresentam defasagem, a correlação entre sexo e defasagem escolar mostra que as meninas apresentam maior defasagem do que os meninos, o que é significativo em termos de análise de gênero porque a construção social mostra uma feminização da atividade. Logo é compreensível que as implicações para elas sejam mais explícitas e uma delas é a escolaridade. A inserção precoce no trabalho impede ou atrasa o acesso à escola.

As concepções de Ferreira (1979), Bataglia (1993) e Nogueira (1993) corroboram as demonstradas neste diagnóstico, porque demonstram que o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas, por provocar a desistência e a evasão escolar. Bataglia (*op. cit.*) diz que a evasão escolar constitui uma grave conseqüência do trabalho precoce que vem a dificultar a escolarização e a profissionalização.

Sexo e defasagem

Há uma associação fraca ($\phi = 0,282$), estatisticamente significativa ($p < 0,05$), entre sexo e defasagem escolar, pois 77,8% dos que apresentam defasagem são do sexo feminino, contra 50% do sexo oposto. Portanto, uma diferença percentual de 27,8%. Isto significa que as meninas trabalhadoras domésticas têm maior defasagem do que os meninos trabalhadores domésticos.

¹ Termo usado por eles para se referir às brigas.

Tabela 40: Sexo em função da defasagem escolar

	Defasagem				Total	
	Apresenta		Não apresenta			
Sexo	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	56	77,8	16	22,2	72	100,0
Masculino	18	50,0	18	50,0	36	100,0
Total	74	68,5	34	31,5	108	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

A produção da subjetividade da menina-mulher é engendrada pela divisão sexual do trabalho e pelas relações de sexo. Deste modo, segundo Macêdo (1993), o conteúdo das experiências vividas pelas trabalhadoras inscreve-se dentro das relações de classe e de sexo, que interferem no conjunto da vida coletiva e que, no cotidiano, constituem a representação do seu valor.

As características das atividades, compreendidas pelas condições e pela organização do trabalho, são significativas para se compreender a relação entre a modalidade de trabalho e a defasagem escolar. As crianças e adolescentes inseridas no “TID remunerado” apresentam maior defasagem (90,9%) do que as do “TID ajuda” (68,8%), que, por sua vez, é maior do que o “TID socialização” (55,9%).

Tabela 41: Modalidade TID em função da defasagem escolar

Modalidade	Defasagem				Total	
	Apresenta		Não apresenta			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Recebe remuneração	30	90,9	3	9,1	33	100,0
Ajuda (exploratório)	11	68,8	5	31,3	16	100,0
Socialização	33	55,9	26	44,1	59	100,0
Total	74	68,5	34	31,5	108	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Há uma associação moderada (Cramer’s V=0,333), estatisticamente significativa, ($p<0,05$), entre modalidade de Trabalho Infantil Doméstico e defasagem escolar. O maior percentual dos que apresentam defasagem escolar está na categoria dos que recebem remuneração (90.9%). Os que responderam sem defasagem escolar, a maioria se concentra na categoria socialização (44,1%).

As condições de trabalho estão diretamente ligadas às condições de vida desses sujeitos. As condições de vida e de trabalho criam diferentes níveis de precarização, dependendo isto da relação de trabalho. Os que trabalham no “TID socialização”, o fazem para a família, o que lhes dá certa autonomia, e lhes possibilita o controle sobre o uso e o domínio do tempo. Os que trabalham para um patrão não dispõem desta autonomia. Conseqüentemente não são donos do seu tempo. O trabalho precoce estrutura a vida cotidiana, treina o corpo e a mente com tarefas esquematizadas – hábitos e horários. As exigências do corpo estão diretamente atreladas ao conteúdo das atividades. De modo geral, todas demandam exigências físicas e psíquicas, mas há variabilidades entre elas, decorrentes das relações intersubjetivas. Tudo isto se reflete, dentre outros aspectos, na escolarização (Alberto, 2002).

Tempo de trabalho e número de reprovações

Embora os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas não estabeleçam uma relação entre o trabalho e o processo de escolarização, mais particularmente das causas da reprovação, realizou-se um cruzamento entre o número de reprovações com o tempo de trabalho.

Tabela 42: Tempo de trabalho em função do número de reprovações

Tempo de trabalho (anos)	Reprovações						Total	
	1 vez		2 vezes		3 a 5 vezes			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até 1	13	81,3	1	6,3	2	12,5	16	100,0
2	8	57,1	6	42,9	-	-	14	100,0
3 a 4	10	66,7	3	20,0	2	13,3	15	100,0
5 a 12	4	23,5	7	41,2	6	35,3	17	100,0
Total	35	56,5	17	27,4	10	16,1	62	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Este resultado mostra que, quanto maior o tempo de trabalho, maior o número de reprovações visto que estas são acumulativas. A maior percentagem (81,3%) encontra-se naqueles que possuem apenas uma reprovação e têm até um ano de trabalho. Os que foram reprovados de 3 a 5 vezes têm seu maior percentual na categoria entre 5 e 12 anos de idade. Portanto, existe uma correlação substancial entre as duas variáveis aqui analisadas ($g=0,507$ e $p<0,05$).

Tais dados corroboram os de outros autores (Ferreira, 1979; Nogueira, 1993). As crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar; o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas, por provocar a desistência e a evasão escolar. Estes aspectos constituem-se em graves conseqüências do trabalho precoce (Bataglia, 1993); de que o déficit educativo conduz a uma redução de ingresso na vida ativa, quando forem adultos (El trabajo infantil; 1996), pela falta de capital cultural (Bourdieu, 1974; Bourdieu & Passerón, 1975).

Horas de trabalho por dia e número de reprovações

No sentido de se aprofundar a análise dos aspectos pertinentes à relação entre o trabalho e o processo de escolarização, procedeu-se também a um cruzamento entre horas de trabalho por dia e número de reprovações:

Tabela 43: Números de horas em função do número de reprovações

	Reprovações						Total	
	1		2		3 a 5			
Horas trabalhadas por dia	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
30 minutos	2	100,0	-	-	-	-	2	100,0
1 a 4	24	61,5	11	28,2	4	10,3	39	100,0
5 a 8	4	50,0	2	25,0	2	25,0	8	100,0
9 a 13	5	37,5	5	37,5	4	28,6	14	100,0
Total	35	55,6	18	28,6	10	15,9	63	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Existe uma correlação moderada ($g=0,425$ e $p<0,05$) entre as duas variáveis acima, ou seja, quanto maior o número de horas trabalhadas pela pessoa, maior o número de reprovações. O que é compreensível ao se considerar o tamanho da jornada, com a conseqüente falta de tempo para estudar e preparar as tarefas escolares, aliado ao cansaço decorrente da intensidade da referida jornada e das demandas físicas e psíquicas da atividade de trabalho.



7. Riscos¹

Riscos têm diversos significados. Aqui, estamos considerando a possibilidade de perda, dano ou perigo. A noção de riscos está associada à natureza ou às condições em que se realizam determinados trabalhos, tanto à presença de máquinas, ambiente de trabalho, substâncias ou situações perigosas, quanto à probabilidade de um acidente, doença ou sofrimento. É preciso considerar que os riscos não são estáticos e aliam-se aos contextos nos quais se inserem os indivíduos (Brito & Porto, 1991; Porto, 2000). Tratando-se de crianças e adolescentes, cujas leis proíbem o trabalho, estes aspectos assumem contornos de Direitos Humanos. Embora não se tenha indagado às crianças e aos adolescentes sobre queixas, vale ressaltar que a cada categoria de riscos pode corresponder alguns efeitos, podendo atingir caráter mórbido.

Todavia, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Forrastieri, 1997) usa a categoria riscos e usa tanto a palavra *hazard*, que se refere a um risco material, concretizado num agente particular ou em uma dada situação perigosa, quanto *risks*, que se refere a uma análise quantitativa, estudo de probabilidade que, dada a presença de um *hazard*, desencadeará uma doença ou acidente.

Usaremos a categoria riscos pelo fato de que ela permite o mapeamento de condições que são potencialmente prejudiciais à saúde. As atividades estudadas possibilitaram que se detectasse a exposição dos meninos e meninas em condições potencialmente prejudiciais à saúde.

No caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada com sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo (Meirelles, 1998).

A abordagem sobre riscos em uma investigação com crianças e adolescentes trabalhadores é uma tentativa de se identificar, nas situações de trabalho inerentes ao desempenho das atividades, a vulnerabilidade e a exposição desses sujeitos a agentes danosos ao seu desenvolvimento bio-psicossocial. As pesquisas sobre riscos no trabalho têm sido feitas pelos autores da área de saúde e trabalho através de mapas de risco. Entretanto, esse instrumento tornou-se inadequado pelas características da pesquisa do curto prazo de realização, nos moldes de um Diagnóstico Rápido. Optou-se por uma abordagem que desse à criança e ao adolescente trabalhadores a possibilidade de expressar minimamente o vivido por cada um dos sujeitos e pelo conjunto. Desse modo, o questionário tentou identificar o que reconhecem no trabalho como sendo prejudicial ao seu desenvolvimento ou quais as sensações que experimentam no desempenho das atividades. Perguntou-se aos sujeitos quais os riscos a que estavam expostos (oferecia-se uma lista correlacionada a cada tipo) e o quanto (nada, pouco, médio e muito) estavam expostos. Os referenciais teóricos sobre trabalho e saúde dão conta de que, para o trabalhador adulto, esta não é uma tarefa

¹ Para investigar os riscos, o questionário apresentava um conjunto de riscos divididos em biológicos, físicos, químicos, ergonômicos de acidentes, sociais e psicológicos e perguntava: “quais desses os afetam nas suas atividades?” Em seguida dava como opção também a intensidade “nada”, “pouco”, “médio”, “muito”, “não sabe”. Para efeito de análise, consideraram-se significativos os percentuais de até 20% de “médio” e “muito”.

fácil, por vários aspectos. Às vezes porque não têm o conhecimento sobre as implicações, às vezes porque reconhecer seria desmontar as estratégias de defesa (Dejours *et alii*, 1994). Se isso é verdadeiro para adultos que dirá para crianças e adolescentes.

Estes sistemas defensivos explicariam o não-desenvolvimento da doença mental e defenderiam a psique contra a falta de sentido e contra a insatisfação do conteúdo ergonômico do trabalho. O sofrimento salvaguarda o equilíbrio psíquico. Ele implica um estado de luta do sujeito contra as forças (ligadas à organização do trabalho) que o impelem em direção à saúde mental (Dejours *et alii*, 1994).

Vale ressaltar que os sujeitos desta pesquisa não identificam suficientemente os riscos. Entretanto o fato de não se sentirem afetados não significa que inexista, mas revela a dimensão da gravidade, do quão nefasto e insalubre são as atividades a que crianças e adolescentes nesta faixa etária estão submetidos e de que eles nem se quer têm conhecimento.

No caso dos trabalhadores precoces, acreditamos que haja comportamentos caracterizados por signos que evidenciam situações de trabalho e revelam as estratégias defensivas destes contra as conseqüências nefastas do trabalho precoce: defesas contra o sofrimento. Um exemplo desses comportamentos é a minimização da percepção da realidade que vivem.

Reflexos depois de um dia de trabalho

Indagados acerca de “como se sentem depois de um dia de trabalho”, os sujeitos responderam que se sentem “cansados” (44,7%), “bem” (18,4%), “muito cansado” (13,2%), “normal” (12,3%). Este cansaço é explicado considerando-se a idade dos sujeitos e a jornada diária que desenvolvem: de 1 a 4 horas (64%) e de 9 a 13 horas (18,4%). Vale ressaltar um dado que, embora seja pouco significativo estatisticamente, é digno de nota por seu caráter. Trata-se dos sujeitos que se sentem aliviados (3,5%). Significa que se sentem aliviados por não terem que trabalhar mais. O sentimento de cansaço ou de incômodo com as atividades é um reflexo do tipo de tarefas e de exigências da atividade, principalmente físicas.

Horas trabalhadas por dia e condições após um dia de trabalho

Para se tentar compreender a influência que a quantidade de horas trabalhadas exerce sobre as sensações que as crianças e adolescentes experimentam após uma jornada de trabalho, realizou-se uma correlação entre horas trabalhadas por dia e as condições após um dia de trabalho.

Tabela 44: Horas trabalhadas por dia em função das condições após um dia de trabalho

	Condições após um dia de trabalho												Total	
	Muito cansado		Cansado		Pouco cansado		Normal		Bem		Aliviado			
Horas trabalhadas	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
30 minutos	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	50,0	-	-	2	100,0
1 a 4	6	8,2	31	42,5	8	11,0	11	15,1	14	19,2	3	4,1	73	100,0
5 a 8	2	11,8	10	58,8	-	-	1	5,9	3	17,6	1	5,9	17	100,0
9 a 13	7	33,3	9	42,9	1	4,8	2	9,5	2	9,5	-	-	21	100,0
Total	15	13,3	51	45,1	9	8,0	14	12,4	20	17,7	4	3,5	113	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

O resultado apresentou uma correlação inversa moderada, entre as duas variáveis ($g = -0,366$), estatisticamente significativa ($p=0,006$). Portanto, quanto mais horas de trabalho, maior o cansaço das pessoas, o que parece um resultado bastante óbvio. As pessoas que trabalham entre 9 e 13 horas se sentem mais cansadas do que aquelas que trabalham menos horas, conforme verifica-se na tabela 44. Todavia essa obviedade pretende evidenciar o fato de que são adolescentes. Considerando-se que são adolescentes, as horas de trabalho por dia provocam uma carga de trabalho entendida como a interação dinâmica entre organismo e situação de vida e trabalho, o que implica, para esses sujeitos, menor capacidade de suportar esforços.

Pausas

Indagados se têm pausas, os resultados indicaram que 61,5% afirmam que sim e 38,5% afirmam que não. Os remunerados são os que apresentam os maiores percentuais de pausa no trabalho. Talvez isso se explique pelo fato de haver uma relação de trabalho bem configurada, de modo que as exigências do trabalho apareçam mais nitidamente e façam com que uma trabalhadora do “TID remunerado” entenda pausa com um significado diferente do que um sujeito do “TID socialização”, que entremearia o cotidiano com as atividades de trabalho.

Com o objetivo de se verificar em que medida a existência de pausas articular-se-ia com a modalidade de TID, realizou-se um cruzamento entre essas duas variáveis, conforme mostra a tabela 45:

Tabela 45: Modalidade TID em função da existência de pausas

	Há pausas				Total	
	Sim		Não			
Modalidade	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Recebe remuneração	26	78,8	7	21,2	33	100,0
Ajuda (exploratório)	8	57,1	7	21,2	14	100,0
Socialização	30	52,6	27	47,4	57	100,0
Total	64	61,5	40	38,5	104	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Existe uma associação baixa entre as variáveis (Cramer’s $V = 0,244$ e $p<0,05$). No maior percentual dos que responderam que há pausas, 78,8% estão na categoria dos que recebem remuneração. Dos que responderam “não”, a maioria está na categoria “socialização”. Todavia, vale lembrar que é na modalidade “TID remuneração” que se encontram as jornadas mais intensas em termos de dias e horas de trabalho. Logo, é esse grupo que percebe mais nitidamente a relação entre o tempo de trabalho e o tempo de pausa. Este é um aspecto que precisa ser ressaltado, como não percebem muito nitidamente o que fazem como trabalho, as crianças e adolescentes no “TID socialização” e no “TID ajuda” podem também estar mais expostos aos riscos, dentre os quais, pelo conjunto de

dados aqui apresentados sobressaem-se o processo de escolarização e o brincar. Enquanto os (as) adolescentes estariam mais expostos a extensas jornadas, a inexistência de carteira assinada que por sua vez se refletiria também no lazer e no estudo.

Riscos físicos

Em termos de riscos físicos, os quatro que mais apareceram foram: temperaturas (36,6%), iluminação (16,5%), ruídos (15,9%) e eletricidade (13,1%).

Tabela 46: Riscos Físicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Temperatura	18	15,7	24	20,9	42	36,6
Iluminação	7	6,1	12	10,4	19	16,5
Eletricidade	8	7,0	7	6,1	15	13,1
Vibrações	4	3,5	5	4,4	9	7,9
Umidade	3	2,7	4	3,5	7	6,2
Ruídos	7	6,2	11	9,7	19	15,9

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

A temperatura referia-se ao calor proveniente das atividades de cozinhar e passar. Ruídos referiam-se ao barulho, no caso de quem cuida de pessoas, particularmente crianças. Esse tipo de risco provoca irritabilidade e fadiga. Eletricidade referia-se a riscos de choque proveniente do manuseio de objetos e utensílios domésticos, principalmente se não tiverem em bom estado de conservação.

A exposição a temperaturas mais altas provoca na criança maior produção de calor do que nos adultos que realizam o mesmo esforço, porque têm menor capacidade de perder calor por evaporação e por ter menor atividade das glândulas sudoríparas. Logo, há menos suor, com menor capacidade de troca de calor com o ambiente, o que resulta em maior desgaste (Silveira, 2000).

Riscos químicos

Dentre os riscos químicos, os que mais apareceram foram: “poeira” (33,7%), “produtos químicos” (25,4%) e “fumos” (18,6%). No caso da poeira, refere-se à chamada poeira doméstica formada essencialmente por fungos e ácaros e que pode provocar problemas alérgicos e rinites.

Os produtos químicos referem-se ao uso de produtos de limpeza, dentre os quais sabão, detergente e água sanitária. Os riscos químicos podem ocasionar efeitos carcinogênicos, irritantes, asfixiantes e alergizantes. No caso de crianças e adolescentes, a camada superficial não completamente desenvolvida favorece a maior absorção de substâncias tóxicas (Silveira, 2000).

Tabela 47: Riscos químicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Poeira	23	20,4	15	13,3	38	33,7
Produtos Químicos	11	9,6	18	15,8	29	25,4
Fumos	13	11,5	8	7,1	21	18,6
Gases	11	9,6	-	-	11	9,6
Vapores	5	4,4	6	5,3	11	9,7

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Riscos biológicos

Os riscos biológicos que mais apareceram foram: “insetos, cobras e escorpiões” (35,7%), “vírus” (27,8%), “parasitas” (11,4%). Os efeitos dos riscos biológicos podem ocasionar “envenenamento por picada”, doenças “contagiosas”, “infectoparasitárias”, “gripes” e “resfriados”.

Tabela 48: Riscos biológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Insetos, cobras, escorpiões	24	20,9	17	14,8	41	35,7
Vírus	15	13,0	17	14,8	32	27,8
Bactérias	5	4,4	3	2,6	8	7,0
Parasitas	9	7,9	4	3,5	13	11,4
Animais em decomposição	3	2,6	1	0,9	4	3,5
Fungos	3	2,7	7	6,2	10	8,9
Mordida de animais	6	5,3	3	2,6	9	7,9

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Riscos ergonômicos

Os riscos ergonômicos permitem vislumbrar as exigências físicas do TID, uma vez que demandam “posturas corporais forçadas” (55,6%) com o corpo curvado, “responsabilidade” (40,4%), “jornada prolongada” (30,4%), “movimentos repetitivos” (30,4%), “ritmos intensos” (26,8%), “pegar peso”

(20,9%), “conflitos” (14%). Além desses aspectos, há que se ressaltar a organização do trabalho a que se submete, o que tem haver com as jornadas prolongadas, pressões, responsabilidade e ritmos intensos, não reconhecimento do trabalho, humilhação, desrespeito aos direitos, tratamento desumano.

Tabela 49: Riscos ergonômicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Posturas corporais forçadas	29	25,2	35	30,4	64	55,6
Responsabilidade	37	32,5	9	7,9	46	40,4
Pegar peso	13	11,3	11	9,6	24	20,9
Jornadas prolongadas	15	13,0	20	17,4	35	30,4
Ritmos intensos	17	15,2	13	11,6	30	26,8
Competição	1	0,9	2	1,8	3	2,7
Trabalho em turno	2	1,7	2	1,7	4	3,4
Conflitos	8	7,0	8	7,0	16	14,0
Trabalho noturno	3	2,6	2	1,7	5	4,3
Pressão dos pais	6	5,2	8	7,0	14	12,2
Movimentos repetitivos	20	17,4	15	13,0	35	30,4

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Riscos de acidentes

“Quedas” (25,2%) e “cortes” (17,4%) foram os riscos de acidentes mais identificados, seguidos de “áreas sem grade de proteção”, “arranjo físico deficiente” e “contusões”, ambos empatados em 13%. Entende-se que as causas desses acidentes podem ser atribuídas a três ordens de fatores: a especificidade da atividade de trabalho, as condições e a organização do trabalho. A descaracterização do ambiente familiar como lugar de trabalho e, mais particularmente, no caso do “TID socialização”, é responsável pelo fato de que as condições e a organização do trabalho sejam precárias, sem cuidados com a prevenção e a segurança. Prova disso são os demais riscos de acidentes, embora apareçam em menor intensidade.

Tabela 50: Riscos de acidentes

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Cortes	10	8,7	10	8,7	20	17,4
Contusões	7	6,1	8	7,0	15	13,1
Queda	15	13,0	14	12,2	29	25,2
Arranjo físico deficiente	11	9,7	4	3,5	15	13,2
Piso defeituoso	-	-	6	5,3	6	5,3
Instrumentos defeituosos	5	4,5	2	1,8	7	6,3
Eletrodomésticos sem proteção	5	4,4	3	2,6	8	7,0
Falta de acessos seguros	6	5,3	3	2,6	9	7,9
Materiais inflamáveis	5	4,3	5	4,3	10	8,6
Áreas sem grades de proteção	13	11,3	3	2,6	16	13,9
Esmagamento	1	0,9	3	2,6	4	3,5
Atropelamento	3	2,6	4	3,5	7	6,1

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Riscos sociais

Com relação aos riscos sociais, os que mais apareceram foram os de que: “o seu trabalho não lhe dará formação profissional para o futuro” (37,6%) e “envelhecer antes do tempo” (13%). Digno de nota é que, nos três diagnósticos sobre as piores formas de trabalho infantil que compõem o Projeto Catavento da Paraíba, estas duas variáveis são sempre as que mais aparecem, mesmo que com percentuais diferentes. Esta constatação leva à inferência de que, aparentemente, crianças e adolescentes trabalhadoras têm certo grau de consciência das implicações do trabalho precoce, pelo menos de alguns aspectos sociais inerentes a inserção antes da vida adulta.

Segundo Campos (2001), o trabalho infantil ressalta o processo de exclusão social e de reprodução dos baixos padrões de vida material, o que, por sua vez, não garante a esses sujeitos promoção e desenvolvimento na sociedade nem rendimentos significativos no futuro.

Tabela 51: Riscos sociais

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Trabalho atrapalha a formação profissional	29	26,6	12	11,0	41	37,6
Envelhecer antes do tempo	6	5,6	8	7,4	14	13,0
Violência	3	2,6	3	2,6	6	5,2
Socialização desviante	7	6,1	4	3,5	11	9,6

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Os riscos sociais tanto podem referir-se à vulnerabilidade, às condições de trabalho, como às implicações psicossociais para o seu desenvolvimento. A subjetividade forma-se, dentro de um processo complexo, no ser trabalhador sem ter trabalho fixo, no trabalho irregular, que caracteriza algumas formas de trabalho informal (como, por exemplo, atividades de trabalho em condição de rua ou doméstico). As meninas e os meninos se desenvolvem na forma de trabalho que joga crianças e adolescentes na solidão da vida, que rouba, que nega sua infância, que solapa seu poder de mão-de-obra, impossibilitando-os de serem trabalhadores com direitos sociais garantidos (Alberto, 2002).

Este tipo de trabalho fragmenta a cidadania, uma vez que submete estes trabalhadores e trabalhadoras aos riscos (das ruas) da fragmentação de suas vidas, com a negação da infância, a submissão às situações que culminam em obtenção de ganhos, a separação das famílias, a ausência à escolaridade. Poderão ser precarizados para o resto da vida. O trabalho pode também, a longo prazo, ter conseqüências negativas para o desenvolvimento social, podendo inclusive conduzir à educação pobre e sem perspectiva de emprego. Perderão a possibilidade de adquirir o capital cultural que é o fundamento para seu futuro, para seu desenvolvimento psicossocial, intelectual e de cidadania. Os meninos e meninas, quando estiverem na idade certa para ingressar no mercado de trabalho, não terão acesso às profissões que requerem escolaridade e possibilitam cidadania e bem-estar (Alberto, 2002).

Riscos psicológicos

Os dados revelaram dois tipos de riscos psicológicos: um de caráter cognitivo e outro de caráter afetivo-emocional. Os de caráter cognitivo revelaram as dificuldades dos trabalhadores precoces nas atividades informais em condição de rua com o acompanhamento e o desempenho do processo escolar, principalmente naquelas atividades consideradas fundamentais (pela LDB, Lei Federal nº 9.349; pelos Parâmetros Curriculares Nacionais), o domínio da leitura, da escrita e da matemática. Os riscos afetivo-emocionais dizem respeito ao sentimento que constroem quanto ao que fazem e o medo que sentem da relação entre o trabalho e o futuro. Destacaram-se os seguintes riscos: “dificuldade para aprender matemática” (41,7%), “dificuldade de expressar sentimentos e emoções” (30,1%), “sentimento de incapacidade” (26,3%), “dificuldade para expressar uma idéia” (23,7%), “perda do tempo da infância” (23,5%), “dificuldade para repassar uma informação” (22,1%), “sentimento de desamparo” (2,8%), “dificuldade para compreender uma informação” (21,7%).

Tabela 52: Riscos psicológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Perda do tempo da infância	18	15,7	9	7,8	27	23,5
Dificuldade para aprender matemática	33	28,7	15	13,0	48	41,7
Dificuldade para expressar sentimentos e emoções	16	14,2	18	15,9	34	30,1
Dificuldade para expressar uma idéia	14	12,3	13	11,4	27	23,7
Dificuldade para compreender uma informação	9	7,8	16	13,9	25	21,7
Dificuldade para aprender a ler na escola	8	7,0	7	6,1	15	13,1
Sentimento de incapacidade	16	14,0	14	12,3	30	26,3
Dificuldade para repassar uma informação	8	7,7	15	14,4	23	22,1
Dificuldade para escrever na escola	6	5,2	10	8,7	16	13,9
Assédio	3	2,7	-	-	3	2,7
Maus tratos	4	3,5	1	0,9	5	4,4
Humilhação	6	5,3	13	11,4	19	16,7
Sentimento de desamparo	14	12,2	11	9,6	25	21,8

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

No trabalho infantil doméstico, em particular a humilhação, a baixa auto-estima e a descaracterização do trabalhador, poderão promover o embotamento afetivo. Da imagem de si, emergirá ou não uma estima de si, como o amor próprio, influenciada pela maneira de imaginar-se como os outros os verão. A imagem de si depende da complacência dessas relações interpessoais, do aval social para consubstanciar-se, de modo que a imagem de si é um reflexo desse jogo de inter-relações. É desse jogo que emergirão os projetos de futuros pessoais e coletivos.

A dificuldade de utilização do formato abstrato da escola se contradiz com o formato concreto que experienciam. Os meninos e meninas enfrentam dificuldades para assimilar os conteúdos abstratos da escola. Os dados mostram a dificuldade deles para abstrair, falarem de si, expressarem suas emoções por meio da linguagem. Mas a dificuldade para falar de si não é apenas a de linguagem, mas também a de elaborar um pensamento congruente que dê conta de uma análise de suas vidas e de suas condições. Esses dados parecem corroborar aqueles encontrados por Freitag (1993): as crianças escolarizadas tendem a expressar-se de forma mais socializada, enquanto as crianças sem experiência escolar expressam-se de modo mais preso aos padrões da fala egocêntrica.

Carraher (1989), a propósito das dificuldades de crianças das classes populares com a linguagem falada, prefere conceber a existência de uma cultura do silêncio – própria do processo de colonização a que foram submetidas as classes populares, ou, ainda, decorrente de um processo de negação do direito de acesso à alfabetização – do que a existência de um déficit lingüístico pertinente às crianças das classes populares. Entretanto, mesmo afastando-se a hipótese da existência de um déficit lingüístico, não se pode esquecer que essas crianças enfrentam na escola dificuldades desconhecidas pelas crianças das classes dominantes. A referida autora também enfatizou as desvantagens (...) *que resultam do fato de que essas crianças utilizam uma variedade lingüística que diverge mais acentuadamente da língua escrita do que as crianças das classes dominantes.* (ibid.; 104).



8. Perspectivas de futuro

Com o objetivo de se identificar o modo pelo qual o trabalho infantil relacionava-se com as perspectivas de futuro, indagou-se o que desejavam ser no futuro. Eles listaram várias atividades profissionais, como pode ser verificado na tabela 53:

Tabela 53: Profissões que desejam exercer no futuro

Profissões	<i>n</i>	%
Médico	21	19,4
Professor	12	11,1
Trabalhador	11	10,2
Advogado/juiz	9	8,3
Veterinária	7	6,5
Jogador de futebol	5	4,6
Militar/policial	4	3,7
Enfermeira	4	3,7
Bombeiro	3	2,8
Atriz	2	1,9
Pedagoga	2	1,9
Desenhista	2	1,9
Delegada	2	1,9
Dançarina	2	1,9
Professor de dança	2	1,9
Engenheiro	2	1,9
Sem expectativa	2	1,9
Cobrador de ônibus	2	1,9
Astrônoma	1	0,9
Nadadora	1	0,9
Secretária	1	0,9
Jornalista	1	0,9
Babá	1	0,9
Pedreiro	1	0,9
Agrônoma	1	0,9
Empresária	1	0,9
Cantora	1	0,9
Motorista	1	0,9
Fisioterapeuta	1	0,9
Garçom	1	0,9
Terminar os estudos	1	0,9
Concretizar os sonhos	1	0,9
Total	108	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Todavia a organização dos dados mostrou que esse futuro traduzido em ocupações profissionais permite visualizar o desejo de exercer no futuro as seguintes ocupações: “advindas de uma formação universitária”, “representativas de uma cultura trabalhadora (operária, camponesa), “atividades profissionais que dão celebridade (artistas, jogadores)”;

“atividades heróicas”:

Tabela 54: Expectativas de futuro

Expectativas	<i>n</i>	%
Cultura de trabalho/Trabalhador	24	22,2
Profissão com curso superior	67	62,0
Atividades artísticas, desportivas e celebridades	9	8,3
Sem expectativa	4	3,7
Não sabe	7	6,1
Herói	4	3,7
Total	115	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa - PB, 2004

Inferese daí que o fato de o Diagnóstico ser feito nas escolas permite a possibilidade de construção de perspectivas de futuro relacionadas ao exercício de uma profissão superior. Isto é de tão significativo que o percentual de 62% difere da atividade informal urbana de rua investigada no município de Guarabira, com 35,5%, e do cultivo de abacaxi no município de Santa Rita, com 32,1%.

A análise desses dados revela que, para os trabalhadores precoces do TID, há construção de perspectivas de futuro, vislumbradas a partir de uma inserção profissional quando adultos. Os dados mostram que esses sujeitos, apesar da inserção precoce que lhes rouba a infância, ainda conseguem ter desejos. Como a questão perguntava sobre o que se desejava ser no futuro, não possibilitava a compreensão de ser possível ou não atingir esse desejo.

Alberto (2002), ao investigar o trabalho precoce no setor informal em condição de rua em João Pessoa, identificou que as perspectivas de futuro para eles se caracterizavam em “da ordem do desejo” e “da ordem da realidade”. Os dados permitiram inferir que a maioria dos meninos e das meninas não tinha expectativas para o futuro. A diferença naquela pesquisa estava relacionada ao tipo de atividade que faziam. Os meninos vendedores que trabalhavam para a família acreditavam que seriam trabalhadores, mas poderiam ter um emprego melhor. Os vendedores e vendedoras que trabalhavam para um patrão e os olheiros não sabiam se teriam um futuro melhor, mas desejavam tê-lo. As meninas vítimas da prostituição acreditavam que não seriam nada nem teriam futuro.

Para o grupo aqui investigado, esse desejo, para ser alcançado, passa essencialmente pela escola: estudar, para 91,3%, é esse meio. Verifica-se o papel importante que esse grupo atribui à escola, o de possibilitar a concretização de seus desejos. O que só vem confirmar as teses defendidas por alguns autores de que o instrumento mais eficaz para ser usado no enfrentamento do trabalho

infantil é a escola e a oferta de escolarização (OIT, 2003; fórum, 2004; Ferreira, 1979; Bataglia, 1993; Nogueira, 1993; Alberto, 2002). Um outro aspecto digno de nota diz respeito às teorias da educação que atribuem-lhe o papel de transformadora da ordem social (Freire, 1982).

Dentro da perspectiva de futuro, indagou-se se gostariam de deixar de trabalhar: 60,5% responderam que “não” e 39,5% responderam que “sim”. Dentre os que querem “permanecer” (60,5%), estão associados a “necessidades de ajudar a família” (37,7%) e “prazer no trabalho” (47,8%).

As justificativas para “quererem deixar” (39,5%) são respostas associadas à necessidade de “mudar de vida” (52,3%), ao “sofrimento” de que são vítimas (20,5%) e para “estudar” (15,9%) e “outros” ligados a baixa remuneração.

Futuro financeiro

Também se indagou aos sujeitos, se trabalhando nessa idade, o que seria deles no futuro. 50% acham que terão um futuro financeiro “melhor” do que o de seus pais, 33,3% acham que o terão “igual” a eles e 16,7% acham que terão um futuro “pior” do que seus pais. Esse dados corroboram os de Moreira & Stengel (2003, p.23) que identificam que *a forma de pensar própria da adolescência permite a essas jovens imaginar que o fato de serem empregadas domésticas no presente não altera em nada seu sonho de no futuro ser médica, advogada, veterinária etc.*

Dois aspectos podem ser levados em conta para a análise desses dados sobre o futuro financeiro: as condições financeiras estão ligadas, dentre outros fatores, à inserção profissional, o que, na atual configuração do mundo do trabalho, liga-se diretamente à posse do capital cultural. Outro aspecto diz respeito às características do pensamento do sujeito em processo de desenvolvimento, que, na infância, é permeado por certa visão mágica e, na adolescência, é messiânico (Biaggio, 1978; Erickson, 1976), ou seja, é carregado de certa onipotência (Ozella, 2002). Em ambos os casos, a forma do pensamento expressa que reside no próprio sujeito – dadas características egocêntricas – a capacidade de resolver ou de achar solução para todas as dificuldades.

Considerando-se estes aspectos psicológicos do desenvolvimento, mas a eles acrescentando-se os fatores sociais inerentes ao desenvolvimento de cada sujeito em sua cultura, pode se compreender que no processo de desenvolvimento dessas crianças e adolescentes emerge aquilo que Macedo (2006) denomina de uma subjetividade modelada sob a lógica do capital, onde os sujeitos incorporam a lógica da concepção liberal, de que as oportunidades estão dadas para todos, cabendo a cada um aproveitá-las. Desse modo os sujeitos dessa pesquisa assumem para si a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de seus futuros. Assim, percebe-se que a inserção precoce promove o disciplinamento, molda sujeitos que desconhecem quanto o trabalho precoce pode afetar-lhes o desenvolvimento psicossocial e, em especial, as suas perspectivas de futuro.



9. Considerações finais

O trabalho infantil em João Pessoa ocupa o 1º lugar no ranking do estado da Paraíba e também o 1º lugar em atividades perigosas desempenhadas por crianças e adolescentes. A partir da metodologia utilizada, encontrou-se que 70% dos 246 inicialmente contatados responderam que trabalhavam no trabalho doméstico, o que revela quão significativa pode ser essa atividade neste município.

A idade mínima encontrada foi de 7 anos. A maioria começou a trabalhar entre 8 e 14 anos, faixas etárias proibidas por lei. Dentre os sujeitos investigados, 60,9 % encontravam-se na faixa de 7 a 14 anos; 20% na faixa de 15 a 16, enquanto 19,1% na faixa de 17 a 18 anos. O que possibilita a compreensão de que essas são as idades que demandam maior número de políticas públicas e maior investimento e eficiência na educação para esses sujeitos. Outro aspecto a se ressaltar é a diferença entre o trabalho da criança e o do adolescente. A criança tem demandas de desenvolvimento mais emergentes, com significados e os impactos maiores do que nos adolescentes.

O trabalho infantil no município em análise é fortemente envolvido pelas questões de gênero: há mais meninas (66,1%) do que meninos (33,9%); e de raça: a maioria é afrodescendente, 66,1%, 23,5% é branca e 10,4% é amarela. Confirmam-se, então, as pesquisas anteriores de que, no Nordeste brasileiro, predomina a inserção precoce no trabalho de crianças e adolescentes afrodescendentes.

Os dados que emergiram da pesquisa possibilitaram que se traçasse a configuração do trabalho infantil doméstico na amostra investigada: “trabalho infantil doméstico remunerado”, “trabalho infantil doméstico socialização” e “trabalho infantil doméstico ajuda”.

O “TID remunerado” é aquele feito para terceiros, no qual a criança ou o adolescente recebem pagamento em dinheiro ou em gêneros. O “TID socialização” é aquele realizado na própria casa, para a família. O “TID ajuda” é aquele realizado na casa da família ou de terceiros. Pode ou não receber pagamento, sendo que disponibiliza outros adultos para o trabalho fora de casa ou assume sozinha todo o processo de trabalho, mas não se configura como uma relação de trabalho. Dentre os sujeitos investigados, 54,8% desempenham o “TID socialização”, 29,6% o “TID remuneração” e 15,7% o “TID ajuda”. O alto grau de socialização pode estar refletindo uma questão de gênero ou de cultura obtida através do processo de socialização que prepara para o desempenho de papéis sociais.

O “TID socialização” predomina na faixa de 7 a 14 anos (74,3%); o “TID ajuda”, na faixa de 15 a 16 anos (47,8%); e o “TID remunerado”, na faixa de 17 a 18 anos (86,4%). O fato do “TID remunerado” estar na faixa etária permitida por lei não significa cumprimento da legislação e respeito aos direitos das crianças e adolescentes, pois 40,9% do total têm entre 5 e 12 anos de trabalho. Logo começaram em idade proibida. Os entrevistados nas faixas de idade mais altas têm mais tempo de trabalho; logo, mais vulnerabilidade aos riscos e ao afastamento do processo escolar.

Quanto aos motivos pelos quais a criança e o adolescente se inserem precocemente no trabalho, são predominantemente: “rede de relações que oportuniza” (54,1%), “necessidades financeiras” (17,1%) e “imposição familiar” (14,4%). O que revela que o TID não é só uma questão financeira, mas essencialmente cultural.

No que diz respeito à família, 51,30% das mães são trabalhadoras, 78% estão no setor serviços, sendo 56% como domésticas. Percebe-se certa semelhança com a atividade das mães. Como há um maior número de meninas do que de meninos trabalhadores domésticos, é possível inferir-se que o trabalho

das mães tenha mais influência sobre as meninas. Percebe-se a existência de uma relação que pode ser explicada pelo contexto em que se inserem, cujas oportunidades são de certa forma as mesmas. Além disso, o nível de escolaridade da mãe também é um fator que tem efeitos sobre o Trabalho Infantil Doméstico.

O número de pessoas por residência varia de 2 a 8, predominando os números de 4 a 5 pessoas em 56,3% dos casos. O que é alto, considerando-se a média nacional que é de 3,5 pessoas no setor urbano.

A família tem uma renda mensal que varia de menos de ½ salário mínimo até 4 salários mínimos. 36,5% dos casos percebem de ½ até 1 salário mínimo. Do conjunto das famílias, 82,6% participam de programas de assistência, com predomínio do “Bolsa Escola”, com 47%, seguido de “Fardamento e Livro” com 27,8%, “Bolsa Família” e “Vale Gás”, cada um com 13%.

Os dados revelaram que 69,6% trabalham para a família e 30,4% dos meninos e meninas trabalham para terceiros. Os dados revelaram que quem desempenha a modalidade “TID remunerado” tem uma carga horária maior: 55,9% trabalham de 9 a 13 horas e 29,4% trabalham de 5 a 8 horas; na modalidade “TID ajuda”, a jornada diária é de 1 a 4 horas para 77,8% e, na modalidade “TID socialização”, 87,1% têm uma jornada de 1 a 4 horas.

No que diz respeito à escolaridade, como o Diagnóstico foi feito nas escolas, todas as crianças e adolescentes trabalhadores domésticos, em qualquer modalidade, encontravam-se estudando no momento do diagnóstico. De modo que 84,3% cursavam o ensino fundamental, sendo 52,2% na 2ª fase e 32,2% na 1ª fase. Entretanto, 58% já foram reprovados, 56,3% já o foram pelo menos uma vez. Dentre os sujeitos, 68,5% apresentam defasagem escolar. Há uma defasagem de 1 a 9 anos, predominando 1 ano de defasagem para 39,2%.

As meninas apresentam maior defasagem do que os meninos, o que é significativo em termos de análise de gênero, porque a construção social mostra uma feminização da atividade, sendo, portanto, compreensível que as implicações para elas sejam mais explícitas. E uma delas é a escolaridade. Os dados mostraram ainda que, quanto maior o número de horas trabalhadas pela pessoa, maior o número de reprovações.

Em termos de riscos, os que mais apareceram foram: temperatura (físicos), poeira (químicos), picadas por insetos, cobras e escorpiões (biológicos), posturas corporais forçadas (ergonômicos), quedas (acidentes), o trabalho não lhe dará formação profissional para o futuro (sociais), dificuldade para aprender matemática e dificuldade de expressar sentimentos e emoções (psicológicos).

Todavia, a organização dos dados mostrou que o futuro para esses trabalhadores e trabalhadoras precoces é traduzido em ocupações profissionais através do desejo de se exercer no futuro as seguintes ocupações: “profissão com curso superior” (62%), “cultura trabalhadora” (22,2%). Do total, 50% acham que terão um futuro financeiro “melhor” do que seus pais; 33,3% acham que o terão “igual” a eles e 16,7% acham que terão um futuro “pior” do que tiveram seus pais.

10. Recomendações

1. Faz-se necessário utilizar-se formas de cobrança mais eficazes e contundentes junto aos governantes para que se efetivem políticas de inserção escolar e social dessas crianças e adolescentes sob pena de se negar completamente seus direitos de desenvolvimento, particularmente na aquisição de instrumentos de construção de perspectivas de futuro.
2. Trabalhar com as famílias e a sociedade a fim de se desnaturalizar o TID e devolver a escola, o brincar, a formação profissional, como locais adequados ao alcance desses objetivos.
3. Realizar ações ininterruptas de conscientização das famílias e da comunidade em geral, a fim de se evitar um mercado que oportuniza a inserção precoce no trabalho, consome e agencia, via rede de relações sociais.
4. Proceder a um efetivo controle na execução do PETI pela Comissão Estadual e pelas Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, inclusive com a aplicação de indicadores de verificação da melhoria do nível educacional das crianças e adolescentes inseridos no PETI e com a cobrança do cumprimento do critério que versa sobre a participação das famílias em atividades socio-educativas e de geração de renda, para devolver-lhes a responsabilidade pela manutenção da família.
5. Investir nas escolas através de programas de melhoria do nível educacional. Para isto, poder-se-ia recorrer a parcerias com a Universidade Federal da Paraíba e outras universidades e faculdades da região.
6. Desenvolver ações de sensibilização das empresas locais para ampliar a inclusão social dos adolescentes nos programas de aprendizagem.

11. Referências

- ALBERTO, M. F. P. A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB). 305f. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ALENCASTRO, L. F de. *História da Vida Privada no Brasil: do Império à Corte e a Modernidade Nacional*. Vol. 2, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BATTAGLIA, L. *Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, DIEST, 1993.
- BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do Desenvolvimento*. 6ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: MICELI, S. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P.; PASSERÓN, J. C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. *Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90*. Brasília, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais -Fáceis de Entender de 1ª a 4ª série. In: *Revista Nova Escola - edição especial*. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso: 10/2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases - Lei Federal nº 9.349*. Brasília, 1996.
- BRITO, J. C. de; PORTO, M. F. de S. *Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1991. Apostila desenvolvida para o curso de especialização em saúde do trabalhador e ecologia humana.
- BRITO, F. DA A.; TEIXEIRA, D. de M. Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na área rural. In: Alberto, M. de F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 297-301.
- CAMPOS, H. R. *Pobreza e trabalho infantil sob o capitalismo*. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.
- CARRAHER, T. N. *Sociedade e inteligência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.
- DAUSTER, T. Uma infância de curta duração. Trabalho e escola. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.82, 1992.
- DE LUCA, T. R. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEJOURS, C. *A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oborê, 1987.
- DOMINGOS, M. S. S. R.; SILVA, R. M. P. da; TEIXEIRA, D. de M. Impactos do PETI na realidade de trabalho de crianças e adolescentes de João Pessoa. In: Alberto, M. de F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária-

- ria/UFPB, 2003. p.277-288.
- ERIKSON, E. H. *Identidade juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERREIRA, R. M. F. *Meninos de Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: CEDEC, 1979.
- FESTA, R.; CANELA, G. *Trabalho infantil e gênero: uma leitura da mídia do Mercosul*. Brasília: OIT: ANDI, 2003.
- FORASTIERI, V. *Children at work: health and safety risks*. Geneva: International Labour Office, 1997.
- FRAISSE, G. Domesticidade, empregos de serviço e democracia. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). RAPKIEVICZ, C. (Trad.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREITAG, B. *Sociedade e consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. *A evolução do trabalho infantil no Brasil de 1999 a 2001*. Brasília: UNICEF, 2004.
- HEILBORN, M. L. *Dimensões Culturais do Trabalho Infantil Feminino*. OIT/IPEA, (2001). Mimeografado.
- HIRATA, H. S. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. (Dir.). *Plaisir et Souffrance dans le travail*. Orsay: AOCIP, 1988. p. 131-163. t 2.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD. Trabalho infantil 2001*. Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2003.
- KASSOUF, A. L. *Análise do trabalho infantil com base nos dados da PNAD de 2001 para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba*. OIT/SIMPOC, 2004. Mimeografado.
- _____. *Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil na Brasil*. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- KERGOAT, D. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY, BULBORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.
- KOWARICK, L. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LOPES, J; GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família: a década pior do que perdida. In: *São Paulo em Perspectiva*, Ano 4, v.1, p.100-109, jan/mar. São Paulo: SEADE, 1990.
- MACEDO, M. B. F. *En Tissant Voiles et Linceuls – le rapport travail santé des ouvrières de Rio Tinto Nordeste du Brésil – Une Analyse des Rapports sociaux de Classe et de Sexe*. 1993. 489 p. Thèse (Doctorat em Sociologie du Travail) Université Paris 7. Paris. 1993.
- MADEIRA, F. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, F. (Org.). *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.
- MEIRELLES, Z. V. *Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela no Rio de Janeiro*. 1998. 100 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)– Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1998.
- MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). *Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- NOGUEIRA, M. A. *Educação, saber, produção em Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *EL TRABAJO infantil: ¿qué hacer?* Documento Submetido a discusión de la Reunión Tripartita Oficiosa de Nivel Ministerial. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 1996.

- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Recife e Belo Horizonte: um diagnóstico rápido.** 2003.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenções 138 e 182.** Brasília: OIT.
- OZELLA, S. Adolescência: uma perspectiva crítica. In: CONTINI, M. L.; KOLLER, S. H. **Adolescência e Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002.
- PILOTTI, F. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência a infância no Brasil.** Rio de Janeiro: Amais, 1995.
- PORTO, M. F. de S. Análise de riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, São Paulo: Kingraf, jun, p. 1-42, 2000.
- RIZZINI, I. et al. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho.** Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1996.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.
- ROSEMBERG, F.; FREITAS, R. R. **Participação de crianças brasileiras na força de trabalho e educação, (s/d).** Mimeografado.
- SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v.20, n. 2, 1995.
- SILVA, A. C. B.; ALBERTO M. F. P. O trabalho precoce e a situação de risco pessoal e social: o caso das meninas do lar alternativo Bom Pastor. In: ALBERTO, M. de F. P. (Org.). **Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.
- SILVEIRA, Caio; AMARAL, Carlos; CAMPINEIRO, Débora. **Trabalho Infantil. Examinando problemas e avaliando estratégias de erradicação.** UNICEF, 2000. Disponível em < <http://www.iets.org.br>>. Acesso em 5 de fevereiro de 2006.
- TAVARES, M. A. **Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife.** Recife: CENDHEC, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.



Organização
Internacional do Trabalho

Programa Internacional
para Eliminação do
Trabalho Infantil - IPEC